

CORES

a revista de responsabilidade socioambiental da Fieg

Mudança de comportamento chega às empresas

Os movimentos sociais no mundo contra a corrupção e pela ética alcançaram os negócios. Veja como essas mudanças estão sendo recebidas pelas empresas

*Empresas abrem suas portas para mostrar o que estão fazendo.
Visitantes chegam até subsolo de minas*

Nosso espaço para troféus e prêmios especiais está ficando pequeno.

Em 2011, a SAMA se destacou na gestão de seu negócio, do meio ambiente e dos recursos humanos e nossa galeria não poderia ser mais recheada.

EXAME 1º lugar em indústrias diversas.

ÉPOCA 1º lugar na Prática Celebrar no Brasil. A melhor mineradora. A 4ª melhor empresa de pequeno e médio porte. A 10ª em qualidade de vida. A 7ª melhor indústria. A 5ª melhor em treinamento.

GREAT PLACE TO WORK MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR BRASIL 2011

Valor AON Hewitt 4ª em gestão de pessoas. AS MELHORES NA GESTÃO DE PESSOAS Sama 4º LUGAR 2011

Prêmio Ser Humano 2011 1º lugar - Melhores Práticas em Gestão de Pessoas. 1º lugar - Melhores Práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Social.

TOP OF MIND ESTADÃO DE RH 14º Rubens Rela Filho, Prêmio Top Of Mind Estadão de RH, "Empresário Destaque de RH 2011".

PSQT Prêmio Sesi de Qualidade de Vida no Trabalho. 1º Lugar para Empresa de Grande Porte 2011.

O Popular 3ª melhor empresa para trabalhar no Centro-Oeste.

GREAT PLACE TO WORK MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR CENTRO-OESTE 2011

Prêmio de Gestão Ambiental da Fieg.

200 Maiores Brasileiras

OFICINA DE COMUNICAÇÃO

Para 2012 a SAMA trabalhará para alcançar novos recordes e dobrar esse espaço.



SAMA
MINERAÇÕES ASSOCIADAS
Compromisso com a vida

CARTA AO LEITOR

Fatos que acontecem no mundo e seus reflexos na vida das sociedades e das empresas

De Atenas ao Rio de Janeiro. De Wall Street, Nova York, a Goiânia. Em meio à crise econômica que abala a zona do Euro, ao aperto monetário nos Estados Unidos e aos escândalos de irregularidades no uso do dinheiro público no Brasil, em 2011 pipocaram pelo globo dezenas de manifestações contra a corrupção e as injustiças sociais que dela resultam. De acordo com o Banco Mundial, em todo o planeta, o prejuízo causado anualmente pela corrupção pode chegar a US\$ 1,6 trilhão.

No Brasil, pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estima que varia entre 50 bilhões e 84,5 bilhões o montante desviado pela corrupção a cada ano. O estudo compara: se esse dinheiro fosse investido no País, seria possível construir quase três milhões de casas populares, ou levar saneamento básico a 23 milhões de domicílios. A mesma quantia poderia construir 13 mil quilômetros de rodovias ou 172 portos para o escoamento da produção brasileira. Os números ajudam a entender o quanto toda a população é afetada por conta da falta de ética no uso dos recursos públicos.

O engajamento das empresas nos movimentos em prol da transparência no relacionamento entre corporações e poder público é reflexo dessas mudanças. Iniciativas como o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, apoiado pelo Instituto Ethos, os códigos de conduta e o uso de sistemas internos e externos de controle, fundamentais para banir práticas antiéticas do ambiente corporativo, estão sendo adotados com frequência cada vez maior.

No plano legal, têm ocorrido avanços que garantirão maior transparência nas decisões do poder público, como a Lei de Acesso à Informação, sancionada em novembro pela presidente Dilma Rousseff, e que permitirá aos empresários verificar documentos e entender, por exemplo, por que uma empresa foi aprovada para um contrato público em detrimento de outra. Também tramitam no Congresso projetos de lei que definem regras claras para a defesa de interesses privados junto a agentes públicos, reduzindo os casos de suborno e tráfico de influência.

As pressões maiores veem mesmo é do mercado, que exige cada vez mais transparência das instituições em seus negócios. A reputação de uma empresa e sua responsabilidade social se revelam cruciais em situações tão variadas quanto uma análise de risco para obtenção de crédito ou a decisão do consumidor de adquirir ou não os produtos e serviços de determinada companhia. No mundo contemporâneo, a postura ética e socialmente responsável de uma empresa passou a ser um critério decisivo para o sucesso do negócio.

da REDAÇÃO
(sintese@sintese.com.br)

INDICE

SERRA GRANDE



16 Ética e transparência passam a ser consideradas pelo mercado

Alinhadas com as mudanças que estão ocorrendo no mundo, empresas dão mais atenção a condutas e comportamentos que contribuem para relações éticas e transparentes com os públicos com os quais se relacionam

28 Entrevista

Benedito Torres Neto, procurador-geral de Justiça do Estado de Goiás, fala sobre a atuação do Ministério Público e destaca ações deflagradas em favor da cidadania, da ética e da transparência nas relações entre sociedade e Estado

5 Opinião: Alexandre Baldy de Santana Braga

O futuro é a boa governança

Artigos

4 Pedro Alves de Oliveira

Empresas dão transparência à relação com sociedade

12 Antônio de Sousa Almeida

Vamos incluir a pessoa com deficiência no mercado

42 Ricardo Voltolini

Sustentabilidade, a bola da vez

PUBLICAÇÃO



Presidente da Fieg
Pedro Alves de Oliveira



Presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social
Antônio de Sousa Almeida

Superintendente
José Eduardo de Andrade Neto

Gerente de Comunicação
Geraldo Neto

cores@sistemafieg.org.br
Fone (62) 3219-1303

CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICIDADE

SínteseCom

sintese@sintese.com.br
www.sintese.com.br
Celular corporativo (62) 9971-1118

Edição
Márgara Morais

Reportagem
Vanessa Vieira

Colaboração
Graciana Rizério
Candice Sebba

Conselho Editorial
Antônio de Sousa Almeida
Leandro Gondim Silva
Fábio Henrique Cordeiro
Márgara Morais
Daniela Ribeiro

Design gráfico
Onze Comunicação Multimídia

Projeto gráfico
Bruno Galiza

Fotografia
Corália Elias
Sílvia Simões
Arquivos da Ascom/Fieg e empresas

Capa
Mineração Serra Grande, por Lisiane Feltraco

Impressão
Editora Kelps

Tiragem mínima
5 mil exemplares



Empresas dão transparência à relação com sociedade

Por Pedro Alves de Oliveira

Afasta-se no tempo a convicção segundo a qual a solução dos problemas sociais era dever exclusivo dos poderes constituídos. Hoje, cada vez mais se difunde a concepção de que essa obrigação é de todos, de cada um em particular, da sociedade inteira, principalmente dos seus segmentos organizados.

Nos setores produtivos, cresce e se fortalece a responsabilidade social empresarial voltada para seus servidores, a comunidade, o meio ambiente, a cidade, o estado e o país, mesmo buscando-se o lucro por ser este a garantia da sobrevivência de uma empresa, da sua permanência e expansão no mercado, continuidade e geração de novos empregos e produção de riquezas.

Ao mesmo tempo, entretanto, consolida-se o convencimento de que a empresa socialmente responsável ganha em valorização da imagem e da marca, em fidelização de clientes e de talentos internos, em crescimento de produtividade e competitividade, em contribuição efetiva ao desenvolvimento sustentável e perenização dos negócios.

O Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás – Fieg, Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil – estimula ativamente esse processo, principalmente, por meio do seu Conselho Temático de Responsabilidade Social, presidido desde a criação pelo companheiro Antônio de Sousa Almeida, um idealista, prático e dinâmico, com ótimos resultados em seu trabalho. A experiência tem mostrado que as empresas estão ajudando a mudar o Brasil, com a incorporação crescente dos valores que norteiam a responsabilidade social incorporada a seus negócios.

“A organização sujeita a um cabedal de normas de condutas e procedimentos é uma instituição aberta, transparente e decidida a mostrar à sociedade sua maneira de pensar e suas práticas”

O Conselho Temático de Responsabilidade Social contribui para o desenvolvimento social de Goiás, ajudando na redução das desigualdades sociais, na interação dos interesses e ações das indústrias e da comunidade.

Esse terreno é muito vasto, a começar pelo contido nos códigos de ética – contra o trabalho infantil, contra a discriminação racial, contra a corrupção e tantas outras condutas recriminadas pela sociedade – acrescidos da elaboração de políticas de responsabilidade social, certificação de produtos e processos, temas diretamente ligados ao segmento industrial.

Nele se visualiza a realidade do crescimento do número de empresas em busca de relações éticas e transparência para com todos os públicos de sua cadeia de relacionamentos, hoje denominados stakeholders. Muitas delas, inclusive, já redigiram seus próprios códigos de ética, outras já criaram políticas específicas relacionadas à preservação do meio ambiente, respeito às comunidades locais e aos colaboradores internos, incentivo e promoção da cidadania, aproveitando a consultoria do Sesi e o Código de Ética Sesi-Senai.

Indústrias goianas providenciam certificações para suas gestões, produtos e processos, cientes de que a organização sujeita a um cabedal de normas de condutas e procedimentos é uma instituição aberta, transparente e decidida a mostrar à sociedade sua maneira de pensar e suas práticas. A certificação de qualidade expõe a atividade econômica e revela com clareza como os negócios nela são operados. Atendendo-as em certificação de qualidade, a Fieg lhes disponibiliza o seu ICQ Brasil, único certificador do Sistema Confederação Nacional da Indústria, atuante em todo o território brasileiro.

A diversidade de ações em responsabilidade social empresarial permite também ao IEL Goiás ampliar as relações de produção e comércio entre grandes e pequenas empresas no Estado, por meio do seu Programa de Qualificação de Fornecedores, atualmente com 447 fornecedores e compradores.

Muito mais desafios e realizações já estão na pauta, porque responsabilidade social empresarial veio para ficar e crescer.



JAYR INÁCTO

O futuro é a boa governança

Por Alexandre Baldy de Santana Braga

“Está em curso no País expressiva mudança de mentalidade, que já produz efeito nos costumes políticos e especialmente no comportamento da sociedade”

No Brasil, a corrupção é entendida como algo inexorável, herança da burocracia que o colonizador português trouxe nas caravelas e acabou contaminando a sociedade ao ponto de se tornar traço elementar da cultura nacional. O entendimento é parcialmente real a se considerar a disposição do brasileiro de “flexibilizar” as leis, além de o estado geral de impunidade ser grande estímulo à malversação. Isto não significa que as relações público-privadas estejam condenadas ao regimento da esperteza. Está em curso no País expressiva mudança de mentalidade, que já produz efeito nos costumes políticos e especialmente no comportamento da sociedade, cada vez mais exigente da transparência da atividade estatal.

Bom exemplo foi a celebração da Lei da Ficha Limpa. É verdade que o Brasil continua sendo chacoalhado por escândalos escandalosos, mas deve ser pesado na balança que as práticas ilícitas se tornaram atividade de risco. Figuras tidas como intocáveis despenham da Esplanada dos Ministérios, governadores conhecem a carceragem por dentro, parlamentares perdem o mandato por falta de decoro e servidores são exonerados a bem do serviço público. A faxina ainda é pontual e está longe de purgar um país infeccionado pela corrupção.

O favorecimento ilícito está conectado ao crime organizado por intermédio da lavagem de dinheiro, do tráfico de entorpecentes, do caixa-dois eleitoral, da evasão de divisas, da pirataria industrial e por aí vai. Um dos

estudos mais abrangentes sobre a extensão da sangria da viúva foi elaborado pela Fiesp, cujos números apontam que os desvios do dinheiro do contribuinte podem alcançar até 84,5 bilhões anualmente, ou 2,3% do PIB, mais ou menos um Estado de Goiás que vai para o ralo a cada 365 dias.

O cruzamento do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU com o Índice de Competitividade do Fórum Econômico Mundial e o ranking da Transparência Internacional mostra resultado claro: os países mais corruptos são os que apresentam menor IDH, portanto são os mais pobres e oferecem os piores ambientes para a projeção da atividade econômica. Além da corrupção, o Brasil perde energia fundamental em decorrência da baixa qualidade do gasto público. A falta de planejamento, o desperdício e a improvisação determinam os traços recorrentes de subdesenvolvimento de uma economia que já se encontra na 6ª posição no ranking global.

Não há como negar que tem havido esforço para que o País adote a boa governança como princípio de Estado. Estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD), clube dos países do Primeiro Mundo destinado ao programa anticorrupção do G-20, aponta que o Brasil tem feito progresso expressivo no combate à má conduta na última década, embora haja muito espaço para que se complete a assepsia. O esforço a que se refere a OECD, em realidade, vem de um pouco antes, quando,

em 1995, o Governo FHC lançou as bases da reforma administrativa da União e cinco anos depois com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O documento da OECD sugere que a adoção da chamada accountability, ou a boa governança, é essencial para que o País possa dar o salto de desenvolvimento prometido. Instrumento que se opera por meio da qualidade da gestão, chave para que a administração pública brasileira, exatamente onde se realiza desde a emissão de uma guia de atendimento ao médico à celebração do contrato público das grandes obras, possa ter eficiência e efetividade.

Por intermédio do bom gerenciamento, o que implica também meios competentes de controle da atividade estatal, se constrói a chamada infraestrutura ética, instituição assentada nos valores da impessoalidade, da legalidade, da integridade, da transparência, da responsabilidade e da justiça. Está tudo na Constituição de 1988. Uma das grandes inovações da atual administração do governador Marconi Perillo tem sido a adoção de mecanismos eficientes de governança centrados nos princípios da gestão de resultados e do planejamento.

A democracia legou ao Brasil importantes conquistas como a liberdade, a estabilidade monetária e a inflação baixa. São expressivos os avanços sociais. Agora falta o padrão moral ao País, sem o qual a própria democracia entra em situação de risco. O antídoto é a boa governança. Nela mora o futuro do Brasil.



UM SUBPRODUTO DA MINERAÇÃO DE NÍQUEL: FARINHA DE MANDIOCA

A ANGLO AMERICAN É UMA MINERADORA QUE BUSCA ESTABELECEER RELAÇÕES POSITIVAS E DURADOURAS COM AS COMUNIDADES ONDE OPERA. O MOTIVO PARA ISSO É SIMPLES: NÓS TAMBÉM FAZEMOS PARTE DA COMUNIDADE.

EM SANTA RITA DO NOVO DESTINO, GOIÁS, PERTO DE BARRO ALTO, APOIAMOS A CONSTRUÇÃO DA CASA DA FARINHA, UMA IDEIA DA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DE POMBAL E UM SONHO DA NAILDE.

A PRODUÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA JÁ COMEÇOU, E A INICIATIVA EM BREVE SERÁ

AUTOSSUFICIENTE. ALÉM DE CRIAR EMPREGOS, A CASA DA FARINHA PROMOVE A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS DE DIFERENTES GERAÇÕES NUM AMBIENTE DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS, MANTENDO VIVA A TRADIÇÃO QUILOMBOLA.

E GARANTE TAMBÉM A TRADICIONAL FAROFA DO SEU CHURRASCO DE DOMINGO, POR EXEMPLO.

ANGLO AMERICAN. FAZENDO AS COISAS DE FORMA DIFERENTE PARA O BENEFÍCIO DE TODOS.

SAIBA MAIS NO HISTORIACOMPLETA.COM.BR

Desafios e questionamentos afetos ao crescimento do Brasil, colocados à mesa



MIGUEL ANGELO/CNI

Robson Braga: "Incorporar a responsabilidade social tornou-se uma imposição do mercado"

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, aborda os problemas enfrentados pelo País e os obstáculos impostos ao crescimento

Até que ponto a corrupção prejudica as empresas brasileiras, na opinião do senhor?

A corrupção é um mal contra o qual não podemos dar trégua. É preciso combatê-la incansavelmente, diuturnamente. Afora os graves aspectos morais que envolve, a corrupção representa, na prática, aumento de custos para as

empresas e prejuízos e insegurança ao ambiente de negócios. Que condições tem uma empresa idônea de negociar um contrato no governo com autoridade corrupta? Estima-se que a corrupção surrupie dos cofres públicos nada menos do que R\$ 85 bilhões por ano. É uma quantia assustadora. Estudo da Fiesp, a Federação das In-

dústrias do Estado de São Paulo, calcula que R\$ 720 bilhões tenham sido desviados dos cofres públicos nos últimos dez anos. É preciso dar um basta nisso. As passeatas frequentes contra a corrupção no país inteiro comprovam a disposição popular de enfrentá-la e a indignação da sociedade.

Que medidas poderiam ser tomadas visando imprimir transparência e ética nas relações entre empresas e governo?

A Lei da Ficha Limpa, um caso exemplar da indignação popular contra a corrupção na política, resultado de uma iniciativa da sociedade, e os leilões eletrônicos, que impedem o favorecimento, são excelentes atitudes práticas contra a corrupção. Pode-se – mais do que isso, deve-se – fazer muita coisa ainda para inibir a corrupção. Exemplos? Regular a atividade do lobby, conforme estabelecem projetos de lei em tramitação no Congresso, reduzir o tamanho do Estado, inclusive do funcionalismo público, promover a reforma política, que desestimula o troca-troca partidário e disciplina melhor os gastos da campanha eleitoral. São essenciais, também, simplificar o sistema tributário e promover um amplo e corajoso programa de desburocratização – sabemos todos, afinal, que nas três esferas de governo, a federal, estadual e municipal, muitas vezes se criam dificuldades para se vender facilidades.

Dentre os desafios para o crescimento do Brasil está a questão da educação, ou melhor, da falta dela. Qual tem sido o papel da CNI nesse contexto?

A educação de má qualidade é um dos mais graves gargalos ao aumento da competitividade das empresas brasileiras. Não é à toa que a qualificação da mão de obra, problema que vem lá de trás, da educação fundamental, é um grande entrave, atualmente, ao crescimento da economia. O Sistema CNI vem atuando fortemente para atenuar o problema. Com o Senai, seremos o principal parceiro do governo na execução do Pronatec, o Programa Nacional de

Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, cuja meta é criar oito milhões de novas vagas no ensino profissionalizante até 2014. Vamos dobrar, para quatro milhões em 2014, o número de matrículas nas unidades do Senai. Estamos negociando com o BNDES financiamento para aplicar R\$ 1,5 bilhão, igualmente até 2014, na criação de 27 novos institutos de inovação na rede do Senai, que serão usados também para dar apoio à futura Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a Embrapi, a chamada Embrapa da indústria. Enfim, estamos agindo.

Em recente entrevista, a presidente Dilma declarou que sem a ajuda das empresas o País não cresce. O que o governo poderia fazer para estimular os empresários a participarem desse esforço pelo crescimento?

Não bastasse a fraca demanda mundial por manufaturas, devido à crise, a forte valorização cambial registrada em grande parte do ano tira a competitividade das exportações brasileiras. Ainda mais grave, a apreciação do real aprofundou as dificuldades de competir no mercado doméstico com os produtos importados, retraindo produção e emprego aqui dentro. Mas o que precisamos enfrentar, sobretudo, são os custos sistêmicos. Sabemos de cor quais são – um sistema tributário perverso, infraestrutura deficiente, energia elétrica cara, legislação trabalhista anacrônica, de custo altíssimo, educação de baixa qualidade, como acabamos de tratar.

Como enfrentar os custos sistêmicos?

Na falta de vontade política do governo para realizar reformas estruturais, parte desses custos sistêmicos pode ter solução emendando-se o Plano Brasil Maior. Entre outras medidas para melhorar o Brasil Maior, em vez de 0,5% a 3% do valor das exportações, o Reintegra – o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – deveria devolver em espécie 6% como compensação pelos tributos cobrados ao longo da cadeia

produtiva. Outra iniciativa relevante é a depreciação acelerada integral, no próprio ano de aquisição, de máquinas, equipamentos e construções industriais para efeito de apuração do imposto de renda e da CSLL, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É um instrumento importante na atração de investimentos, com custo fiscal reduzido e transitório, pois se trata de antecipação de dedução, que será recuperada nos anos posteriores.

A adoção de políticas de responsabilidade social vem crescendo entre as empresas. Em sua opinião, de que forma isso pode influir positivamente nos negócios?

Entender a responsabilidade social como uma oportunidade de melhoria dos processos administrativos e redução de riscos operacionais é muito importante para qualquer empresa. Aquelas que decidem incorporar a responsabilidade social às suas atividades têm maior segurança de que seus negócios irão perdurar no longo prazo. A gestão socialmente responsável, quando feita de maneira estruturada na organização, traz vários benefícios, como, por exemplo, ações que buscam eficiência energética e uso racional dos recursos, que reduzem custos e aumentam a produtividade. Outros benefícios igualmente muito importantes são o ganho em imagem, a melhoria do clima organizacional, o estímulo à inovação, a fidelização do cliente ou consumidor.

A revista CORES, voltada à divulgação da responsabilidade social corporativa, é a única do gênero dentro do Sistema Indústria. Como o senhor vê essa iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e de seu Conselho Temático de Responsabilidade Social?

Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa inteligente e oportuna. A Fieg contribuiu decisivamente para disseminar e estimular a prática da responsabilidade social nas empresas, hoje praticamente uma imposição do mercado, como acabamos de mencionar. É um belo exemplo a ser seguido no Sistema Indústria.

Comunidade e empresa se unem na definição de projetos sociais

Por meio de parcerias, Yamana garante desenvolvimento econômico e social nas regiões em que atua



Empresa investe na estruturação de biblioteca como forma de incentivar a leitura entre os jovens

Grandes empresas tornam-se referência por conta da geração de emprego, renda e investimentos que proporcionam, atendendo às necessidades da população de algumas cidades, quando tomam a frente de iniciativas que promovem o desenvolvimento econômico e social dos moradores locais. Um exemplo disso acontece com a Mineração Maracá Indústria e Comércio (MMIC), da Yamana, nos municípios de Alto Horizonte, Campinorte e Nova Iguaçu de Goiás – todos no Estado de Goiás.

Mais do que estar presente na região, a Yamana realiza diversas ações com entidades locais. Uma das iniciativas mais tradicionais nesse sentido é o Seminário de Parcerias, por meio do qual a companhia apoia propostas de projetos de instituições da cidade, viabilizando a sua realização. “Todas elas, obrigatoriamente, têm que ser voltadas para a promoção da qualidade de vida dos moradores, e são escolhidas pela própria população, o que garante que sejam as mais adequadas ao

desenvolvimento do município”, conta Guilherme José Pimentel Araújo, coordenador de Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Comunidade (SSMAC) da MMIC.

Em vigor desde 2007, o Seminário de Parcerias já colaborou com 24 entidades, o que representa um investimento de aproximadamente R\$ 840 mil, beneficiando cerca de 55 mil pessoas. “Em 2012, por exemplo, a MMIC investirá quase R\$ 270 mil, em 13 projetos de entidades locais. Isso representará o apoio a mais de 13 mil pessoas”, comenta Guilherme.

Apoio ao deficiente – Em 2010, a Yamana apoiou o Centro de Reabilitação e Apoio aos Deficientes de Campinorte (CRAD), investindo R\$ 40 mil em materiais para a construção da sede da entidade, que hoje realiza atendimento médico com clínico geral, fisioterapia, fonoaudiólogo e psicólogo, para as pessoas com deficiência de Campinorte. Com isso, são registrados cerca de 450 atendimentos por mês, e a mineradora fortaleceu

ainda mais o seu relacionamento com a comunidade.

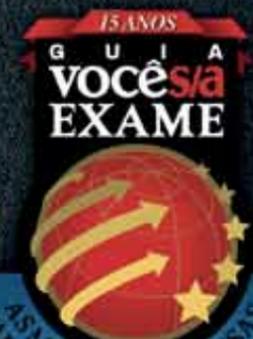
Além desses serviços, o CRAD também emite o passe livre interestadual e intermunicipal, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). “Essa ação da Yamana é extremamente importante para a cidade. Graças à parceria, temos estrutura para garantir atendimento às pessoas com deficiência e muito mais acessibilidade a elas”, diz Vanessa Silva Moreira, coordenadora do CRAD.

Outro exemplo foi a aquisição de equipamentos, livros e móveis para a biblioteca do Colégio Estadual João Gonçalves Filho. Com os investimentos na instituição de ensino, os usuários do espaço de leitura têm novas obras à disposição, além de usufruírem de mais conforto. Por meio dessa ação, 683 pessoas são diretamente beneficiadas, e outras 2,5 mil recebem o favorecimento de forma indireta.

Incentivo ao conhecimento – “A iniciativa proporcionou aos usuários da biblioteca um espaço adequado e estimulador ao estudo. Antes, nosso acervo era pequeno e o local era improvisado”, comenta Carlos Vieira Ramos, diretor da entidade educacional. “Uma vez que a escola deve motivar o prazer da leitura, bem como o uso dos recursos ao longo da vida, os equipamentos e coleções de livros literários adquiridos estão sendo de suma importância para a comunidade escolar”, conclui.

Todos os anos, instituições e associações das regiões em que a Yamana está instalada têm a chance de transformar a realidade local, em conjunto com a companhia. Os projetos realizados a partir do Seminário de Parcerias fortalecem a aliança com os moradores, principalmente porque respeitam demandas da própria população. Os benefícios alcançados podem ser comprovados por todos, transformando a presença da empresa no município em algo muito maior e mais satisfatório.

CAMINHÃO É O NOSSO NEGÓCIO. O SER HUMANO, NOSSO MOTOR. FELICIDADE, O NOSSO COMBUSTÍVEL.



15 ANOS
GUÍ A
VOCÊS/ LA
EXAME
15 MELHORES EMPRESAS
PARA VOCÊ TRABALHAR • 2011



BELCAR CAMINHÕES. UMA DAS 150 MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR NO BRASIL

São programas de incentivo, profissionalização, responsabilidade socioambiental, cuidados com a segurança, a saúde e a felicidade dos funcionários, acima de tudo. Por tudo isso fomos contemplados com este título inédito para o segmento no país, enchendo a gente de orgulho!

GOIÂNIA: (62) 3239-9600
ITUMBIARA: (64) 3404-6006



BELCAR
Caminhões e Ônibus



Vamos incluir a pessoa com deficiência no mercado

Por Antônio de Sousa Almeida

Segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência em nosso país, o que corresponde a quase 25% da população. Para garantir a inserção desse contingente no mercado, a legislação determina que as empresas com mais de 100 empregados preencham de 2% a 5% do seu quadro de colaboradores com trabalhadores com deficiência ou reabilitados. Porém, por melhor intencionadas que sejam as empresas, nem sempre tem sido fácil cumprir essa determinação. O respeito à legislação esbarra em dificuldades como a inexistência de um cadastro de pessoas com deficiência, a falta de qualificação profissional, e o fato de muitas pessoas com deficiência preferirem não trabalhar para não perder o benefício da Previdência Social.

Um primeiro e importante passo para solucionar esse dilema foi dado com a sanção da Lei 12.470, que prevê que as pessoas com deficiência, mesmo depois de empregadas, poderão conservar a pensão do INSS durante dois anos. Caso o trabalhador permaneça no emprego por um período superior, o benefício não é cancelado, apenas suspenso. Em caso de fim do contrato, o pagamento é reativado sem a necessidade de nova perícia médica. Outro avanço foi a aprovação do Termo de Cooperação entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás e entidades do Fórum Empresarial. O termo flexibiliza o artigo 93 da Lei nº 8.213/91, permitindo às empresas destinar até 25%

“Pessoas com deficiência representam quase um quarto da população e, com o incentivo e o suporte necessários, podem contribuir de forma produtiva para a geração de riquezas e o crescimento da economia”

das pessoas com deficiência, contratadas pela cota obrigatória, para atuação em projetos sociais de relevância pública, como o projeto Disque Denúncia 197 ou o Programa Escola Sem Drogas, da Polícia Civil do Estado de Goiás. Essa medida ajuda empresas que desejam cumprir a lei de contratações, mas cujo tipo de atividade apresenta limitações à atuação das pessoas com deficiência. É o caso de algumas firmas de serviços de segurança ou saúde.

Mas, desde agosto, empresas e pessoas com deficiência ganharam mais um aliado para ajudá-las a colocar em prática a inclusão e a diversidade no ambiente de trabalho. Trata-se do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência e do Reabilitado do INSS. Reunindo representantes de associações e entidades de classe como a Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e Ministério Público, o Fórum trabalhará no mapeamento dos setores onde a inserção dos deficientes é mais difícil.

Com a ajuda do Sesi, Senai e Sebrae, atuará na capacitação profissional desse público e o encaminhamento ao emprego. Palestras, pesquisas e campanhas publicitárias vão ajudar a esclarecer empresários e pensionistas sobre a legislação trabalhista, de modo a incentivar a inserção desse público no mercado de trabalho.

A observação dos números apresentados no princípio desse artigo deixa claro que o que está em jogo com a inclusão das pessoas com deficiência não é apenas a possibilidade de dar maior dignidade a elas. Pelo contrário, fica evidente que um país que enfrenta sérias dificuldades para sustentar seu sistema previdenciário não pode prescindir da força de trabalho das pessoas com deficiência. Elas representam quase um quarto da população e, com o incentivo e o suporte necessários, podem contribuir de forma produtiva para a geração de riquezas e o crescimento da economia, dando sua colaboração para melhorar as condições de vida do conjunto da sociedade brasileira. Empregar as pessoas com deficiência não é filantropia e nem obrigação, mas um investimento no país que queremos ser.

Antônio de Sousa Almeida (antonio@kelps.com.br) é presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg e do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência e do Reabilitado do INSS



35
anos

crescendo
e ajudando o Brasil
crescer



A Tropical Imóveis está comemorando 35 anos de realizações. São mais de 3 décadas crescendo e contribuindo com o crescimento do Brasil, através de projetos com qualidade de vida que respeitam o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. São milhares de unidades de imóveis comercializadas ao longo desse tempo e milhares de sonhos realizados. Que venham os próximos 35 anos.

35
anos
TROPICAL
IMÓVEIS

Projetos com qualidade de vida

Construção humaniza ambiente de trabalho

Nova sede do Teleconsulta de Goiânia prioriza conforto aos colaboradores. Investimento tem reflexo imediato na melhoria do atendimento aos usuários do SUS



Teleconsulta amplia sua estrutura com inauguração de sede própria para melhor atender os usuários do SUS

“Sempre falamos na humanização e agora, realmente estamos tendo condições de passar isso para o usuário do SUS”

Paulo César Gomes,
agente do Teleconsulta

Guiado pela crença de que a responsabilidade socioambiental precisa estar intrínseca em todas as ações, o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech) priorizou no projeto da sede própria da Central de Atendimento ao Cidadão – Teleconsulta a humanização do ambiente de trabalho. Inaugurado no dia 13 de dezembro pelo prefeito Paulo Garcia, o prédio representa a consolidação do serviço que, há cinco anos, tirou os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) das filas de agendamento de consultas básicas não-emergenciais de Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria.

A nova sede oferece melhores condições de trabalho para os agentes de atendimento, o que trouxe reflexo imediato na qualidade do atendimento ao usuário. “A sede ficou bem acolhedora. Sempre falamos na humanização e agora, realmente estamos tendo condições de passar isso para o usuário do

SUS”, disse o agente Paulo César Gomes. Com dois pavimentos, o prédio conta, no térreo, com a sala de descompressão, chamada de lounge. É um ambiente para que os colaboradores relaxem durante os intervalos de trabalho.

Há ambientes equipados para acesso à internet e almofadas para descanso. Em torno de uma grande mesa com banco e cadeiras, são liberados pequenos lanches. O prédio tem acessibilidade para a pessoa com deficiência, permitindo a esta fazer parte do quadro de colaboradores da unidade.

O ambiente tecnológico do *contact center* (central de atendimento) ficou acolhedor e agradável, com janela que favorece a iluminação natural e dá vista para um jardim vertical. O sistema de ar condicionado evita o jato de ar frio direto sobre os agentes e promove uma climatização, com maior conforto para os trabalhadores. O prédio foi construído dentro de padrões preconizados

pelos conceitos de sustentabilidade e com espírito de economia, explica o coordenador executivo do Idtech, José Cláudio Romero.

A decoração está entre os destaques da nova sede. Cinco grafiteiros ficaram responsáveis pela arte urbana da sala de descompressão. Eles fazem parte da Grafirma, empresa especializada em grafiteagem. Para desenvolver os desenhos nos guarda-volumes, os artistas não tiveram o tema delimitado. “O Idtech nos deixou livres para criar”, diz José Augusto, o Iowa. Ele conta que, como o espaço é de convivência e de distração para os agentes de atendimento, a ideia era usar cor e elementos que fizessem a pessoa “viajar” para fora do cotidiano de trabalho.

O resultado da grafiteagem foram imagens abstratas que se confundem com o psicodélico, o futurístico e o tridimensional. Foi a primeira vez que a Grafirma fez um trabalho como este, em um ambiente interno. O visual urbano se completa com as estantes destinadas a armazenar os capacetes, já que a motocicleta é o principal meio de transporte dos agentes de atendimento, em sua maioria, jovens.

Projeto consolidado

O Teleconsulta foi inaugurado em 4 de agosto de 2006. Em 2011, completou cinco anos. Nesse período, o serviço agendou mais de 3,6 milhões de consultas. O teleagendamento, feito para consultas básicas não-emergenciais (de Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria), respeita o perfil do usuário e cumpre os estatutos do Idoso e o da Criança e do Adolescente, além de dar prioridade à gestante e ao usuário com sintomas considerados de risco. Quem tem preferência ou é protegido por lei tem sua consulta agendada para 24 horas ou, no máximo, 48 horas. Para os demais usuários, as consultas são agendadas em até uma semana.

Em 2011, o Teleconsulta foi o único projeto de Goiás entre os 20 semifinalistas do Prêmio E-Gov, promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP).

Entre 11 e 14 de maio de 2010, representou Goiás na Mostra de Tecnologias Sustentáveis, do Instituto Ethos, que ocorreu simultaneamente à Conferência Internacional Ethos. Em um universo de 192 inscritos, ficou entre os 38 melhores projetos nacionais selecionados. Em 2009, o Teleconsulta recebeu menção honrosa no 2º Seminário Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, em Brasília, conferida a projetos que contribuem para aprimorar o SUS.



Humanização do ambiente de trabalho reflete positivamente entre a equipe de colaboradores



SERRA GRANDE

Empresas ampliam diálogo com os públicos com os quais se relacionam como forma de mostrar seus valores e sua conduta nos negócios

Os novos paradigmas na relação entre empresas e stakeholders

As pressões da sociedade contra a corrupção e a impunidade, no mundo, sinalizam para uma mudança de mentalidade nas relações entre cidadão e Estado. Partícipes desse processo, as empresas, por sua vez, adotam controles éticos mais rigorosos na busca de transparência com os públicos com os quais se relacionam

O comprometimento das empresas com padrões éticos mais rigorosos não resulta apenas de uma vontade coletiva, mas também de pressões mercadológicas e visão de futuro

Em 2012, o Brasil estará no centro dos debates mundiais sobre a corrupção. Entre os dias 7 e 10 de novembro, Brasília vai sediar a 15ª Conferência Internacional Anticorrupção (IACC, em inglês), promovida pela ONG Transparência Internacional, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Instituto Ethos. A IACC, realizada de dois em dois anos desde 1983, é considerada o principal fórum mundial e independente de combate à corrupção, reunindo as principais lideranças globais da luta contra essa prática na política, na economia, no meio ambiente e, principalmente, sobre o cotidiano da população mais carente. A conferência reunirá os setores público e privado, a sociedade civil e o Judiciário. São esperados em torno de 1.500 pessoas, de 135 países. Entre outras questões, serão discutidas novas formas de incentivar uma maior transparência nos gastos governamentais e a criação de instrumentos para ampliar a participação social nas decisões sobre como empregar o dinheiro público.

No nível global, o Banco Mundial calcula que o montante pago ou desviado em atos corruptos chegue a US\$ 1 trilhão por ano. Por isso, o Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime e a União Européia lançaram em 2011 uma campanha mundial sobre as consequências da falta de ética na política e na economia. O lema da campanha é "Faça sua parte contra a corrupção". "Cada ator tem a responsabilidade de agir contra a corrupção. O setor privado tem um papel importante. As empresas devem ajudar a promover o desenvolvimento e a criar uma economia global mais transparente através de programas anti-corrupção", afirmou Yury Fedotov,

diretor deste escritório na Organização das Nações Unidas.

Números dão a medida – Um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) aponta que o custo da corrupção no Brasil varia entre R\$ 50 bilhões e R\$ 84,5 bilhões anuais. Segundo a Fiesp, caso fosse investido na Saúde, esse dinheiro permitiria aumentar em 89% a quantidade de leitos para internação nos hospitais públicos brasileiros. Se fosse aplicado em obras de infraestrutura, permitiria construir 277 novos aeroportos. Se o destino fosse a Educação, seria possível abrir mais de 16 milhões de vagas para estudantes da rede pública.

Os números dão a medida do prejuízo causado pela corrupção ao País e à qualidade de vida dos brasileiros e alertam para a necessidade de uma maior mobilização de pessoas, entidades, empresas e poder público na adoção de medidas de prevenção e combate ao mau uso do dinheiro público. Um passo importante nesse sentido foi dado ainda em 2006, quando 50 executivos, em parceria com organizações não governamentais presentes à Conferência Internacional do Instituto Ethos, em São Paulo, lançaram o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e produziram um conjunto de diretrizes e procedimentos a serem adotados pelas empresas e entidades signatárias no relacionamento com o poder público.

Atualmente, mais de 200 empresas participam do movimento, que prevê compromissos como informar os colaboradores sobre os princípios legais aplicáveis às suas atividades, a proibição do suborno, a contribuição transparente e lícita a campanhas políticas, investigações abertas e transparentes e a disseminação dos princípios do documento em toda a cadeia produtiva relacionada ao negócio. "Ao se comprometerem com o que estabelece o pacto, as empresas, um dos alvos principais de agentes públicos corruptos, dão o exemplo a ser seguido. Empresas éticas inibem a prática da corrupção", afirma o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga.

Além de combater atos fraudulentos, o pacto também representa uma proteção para os empresários. "Quando participam de ações coletivas contra a corrupção e mostram que adotam medidas preventivas contra essa prática, as empresas se protegem mutuamente, intimidando tentativas de achaque", afirma Caio Magri, secretário executivo da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) e assessor de políticas públicas do Instituto Ethos. "As empresas estão entre as principais vítimas da corrupção, que afeta a economia, compromete o desenvolvimento, e impede uma concorrência justa e transparente", diz Magri.

Exemplo de conduta – Uma das empresas pioneiras na assinatura do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção foi a goiana Belcar Caminhões, que se uniu ao movimento ainda em 2006. "Num ambiente de corrupção, as empresas que trabalham honestamente saem prejudicadas. Daí a importância de se unir a um movimento em prol de maior transparência", afirma José Gedda, superintendente da Belcar Caminhões. "Mas, para exigir maior transparência, os empresários têm de dar o exemplo, mostrando que aplicam os mesmos princípios éticos aos seus negócios", acrescenta. Entre os compromissos assumidos pela empresa por meio do pacto está o de envolver os colaboradores e toda a cadeia produtiva na luta contra a corrupção. "Não aceitamos que qualquer pessoa ou organização, que aja em nome da Belcar Caminhões, seja como representante, agente, mandatária, ou sob outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com agentes públicos", diz José Gedda.

A Sama S.A. Minerações Associadas revisou suas normas de relacionamento com os parceiros de negócios após participar, em Nova York, do Leaders Summit da ONU, em 2009. "Além de discutir as Metas do Milênio, o encontro deu ênfase à transparência nas relações empresariais", explica Rubens Rela, diretor geral da Sama. Desde então, a empresa submeteu vários contratos fechados com fornecedores a novo escrutínio pela diretoria. "Sempre buscamos a excelência, razão pela qual temos certificações em diversas áreas relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, e queremos assegurar essa mesma excelência a todos os procedimentos relacionados ao nosso negócio", acrescenta.

Regras do mercado – O comprometimento das empresas com padrões éticos mais rigorosos não resulta apenas de uma vontade coletiva, mas também de pressões mercadológicas. "No futuro, entre as novas gerações, não haverá espaço para empresas que não tenham políticas claras quanto à sua forma de fazer negócio", afirma Carmen Lúcia Perillo de Cássia, do Conselho de Administração da Halex Istar, empresa que publicou em 2010 seu manual de governança corporativa, código de conduta que define as regras e procedimentos para o relacionamento interno e com os parceiros externos da corporação. Para a executiva, as empresas também ganham ao adotar normas mais rigorosas em seus negócios. "Empresas transparentes têm mais credibilidade – levam vantagem em análises de risco para a concessão de empréstimos e são parceiras preferenciais para o fechamento de negócios", diz ela.



“As empresas estão entre as principais vítimas da corrupção, que afeta a economia, compromete o desenvolvimento, e impede uma concorrência justa e transparente”, Caio Magri, assessor de políticas públicas do Instituto Ethos e secretário executivo da Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci)

A realização de auditorias e a adoção de sistemas de compliance, que dão suporte à governança corporativa, também compõem o arsenal à disposição das empresas para coibir as práticas antiéticas. Cabe à equipe de compliance atuar em conjunto com as demais áreas da empresa para fortalecer os controles internos da instituição. O objetivo é assegurar o cumprimento das leis e regulamentos existentes, reduzindo os riscos de punições legais, perdas financeiras e de reputação causadas pelo descumprimento de leis, códigos de conduta ou de boas práticas bancárias.

A eficácia do compliance está relacionada ao exemplo dado pelos líderes e à atenção conferida pelos executivos sêniores a esses procedimentos. Na Scitech, empresa de tecnologia voltada para o desenvolvimento de produtos médicos, foi criado um canal de comunicação entre os colaboradores e a diretoria dedicado exclusivamente ao esclarecimento de dúvidas relacionadas à conduta e à denúncia de práticas antiéticas. “Temos normas muito claras sobre conflito de interesses, e determinamos até o valor máximo dos presentes que nossos colaboradores podem enviar ou receber em nome da empresa”, explica Melchíades da Cunha Neto, diretor presidente. “O relacionamento humano é muito

complexo. Com regras bem definidas, é mais fácil assegurar a transparência”, acrescenta.

Compromisso público – A edição da Norma Internacional ISO 26000 é mais um instrumento importante nessa direção. Embora não seja uma certificação, a norma oferece orientações sobre como incorporar preceitos socioambientais aos processos decisórios da empresa. Isso implica em um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, em conformidade com as leis aplicáveis, e consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada a toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses de todas as partes envolvidas no processo.

Por fim, empresas interessadas em adotar normas que atestem seu comprometimento com a transparência nos negócios podem se candidatar ao Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Empresa Pró-Ética – uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos. O projeto avalia e divulga as empresas voluntariamente empenhadas em prevenir e combater a corrupção dentro de sua estrutura de negócios, assumindo o compromisso

público perante a sociedade de adotar medidas em favor da ética e da integridade nas relações comerciais, sobretudo naquelas que envolvem o setor público.

Mecanismos de proteção – Se já existe uma pressão da sociedade e do mercado por maior rigor contra a falta de ética, por que o Brasil ainda tem sido cenário tão frequente de escândalos de corrupção? Boa parte da resposta vem da pesquisa Sistema de Integridade nos Estados Brasileiros, realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e adaptada da metodologia da organização Transparência Internacional.

O levantamento avaliou os mecanismos de proteção contra a corrupção nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. As conclusões foram preocupantes. Na maioria dos tribunais de contas brasileiros não se cumpre a regra constitucional de preencher ao menos duas das sete vagas com conselheiros oriundos dos quadros técnicos do tribunal. Prevalece o critério político. Além disso, a força da oposição nas assembleias legislativas costuma ser reduzida, diante do poder de atração do governo sobre os deputados. Em 21 das

27 unidades federativas, a coalizão que venceu as eleições também conquistou a maioria no parlamento. Os veículos de comunicação locais, por sua vez, não obtiveram bons resultados quanto ao nível de independência em relação aos grupos políticos regionais. Esses fatores limitam a independência das investigações de ações fraudulentas.

Para os autores do estudo, é fundamental fortalecer o sistema de integridade em âmbito estadual e municipal para reduzir a corrupção. Esse sistema vai ser essencial, por exemplo, para impedir fraudes e favorecimentos indevidos de determinadas empresas nas obras de infraestrutura que estão acontecendo nos estados, em todo o País, para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

O desafio da impunidade – O controle à corrupção ainda esbarra em outra questão: a impunidade. Um levantamento da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) revela que de cada dez ações contra autoridades no Supremo Tribunal de Justiça, quatro prescrevem sem sequer ser julgadas, e apenas uma, em cada 100, termina em condenação. No Supremo Tribunal Federal, o índice é ainda

Estudo da Fiesp

Conforme dados levantados pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), o custo da corrupção no Brasil pode chegar a 84,5 bilhões anualmente. Caso fosse investido na Saúde, o montante permitiria aumentar em 89% a quantidade de leitos para internação nos hospitais públicos brasileiros. Se aplicado em obras de infraestrutura, permitiria construir 277 novos aeroportos. Se o destino fosse a Educação, seria possível abrir mais de 16 milhões de vagas para estudantes da rede pública.



Recursos desviados pela corrupção no Brasil, se investidos na Educação, gerariam mais de 16 milhões de vagas para estudantes da rede pública. A realidade do ensino no país está levando as empresas a investirem em projetos nessa área

“Empresas transparentes têm mais credibilidade – levam vantagem em análises de risco para a concessão de empréstimos e são parceiras preferenciais para o fechamento de negócios”, Carmen Lúcia Perillo de Cássia, do Conselho de Administração da Halex Istar

mais desfavorável: 45,8% dos processos contra autoridades ficam sem julgamento. Ali, não consta nenhuma condenação. Para os especialistas, a impunidade resulta geralmente da demora processual, que favorece a prescrição da ação e até a fuga do acusado. Como o réu é normalmente primário, com profissão, residência fixa e recursos financeiros, só pode ser preso depois de concluídos todos os recursos e nas várias instâncias do Judiciário.

Entretanto, a sociedade brasileira fecha 2011 com um grande avanço na legislação existente para facilitar a investigação de atos corruptos: a aprovação da Lei de Acesso à Informação, sancionada em novembro pela presidente Dilma Rousseff. A lei prevê que qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações às entidades e órgãos públicos integrantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos Tribunais de Contas e do Ministério Público. O acesso à informação deve ser imediato ou não superior a 20 dias. “Essa legislação favorece muito os empresários, que poderão verificar documentos e entender por que um financiamento foi concedido a uma empresa e não a outra, por exemplo, dificultando os favorecimentos ilegais”, explica Caio Magri, do Instituto Ethos. “O acesso à informação não é mais um favor concedido pelo funcionário público, mas um direito do cidadão”, acrescenta.

Projetos de lei em curso – Dois outros projetos de lei em tramitação no Congresso também podem ajudar a coibir a corrupção. O primeiro, de nº 6.826/10, popularmente chamado de Lei Anticorrupção, regula a punição de pessoas jurídicas em ações de corrupção, como fraude em licitações e superfaturamento de obras. “Atualmente, só se punem pessoas físicas. Nenhuma sanção administrativa ou tributária recai sobre a empresa que pra-



ticou atos fraudulentos”, explica Caio Magri. Com a nova lei, serão criadas medidas contra empresas corruptoras, estendendo as penalidades – hoje restritas aos agentes públicos – às companhias que incentivam atos lesivos contra a administração pública. O segundo avanço pode vir da Lei do Lobby, que definirá as regras para a defesa de interesses privados junto a agentes políticos e servidores públicos nos poderes Executivo e Legislativo, prevendo medidas como credenciamento e capacitação dos profissionais do lobby. A intenção é que, com regras mais claras, as empresas possam se mobilizar em prol de seus interesses de forma transparente, com consequente redução de casos de suborno e tráfico de influência.

Com a adoção de controles éticos rigorosos pelas empresas e a aprovação de leis

que garantam a punição de pessoas e entidades corruptas, a expectativa é tirar o Brasil do time dos países coniventes e incluí-lo no rol das nações com baixa tolerância às irregularidades.

A sociedade brasileira fecha 2011 com um grande avanço na legislação, para facilitar a investigação de atos corruptos: a aprovação da Lei de Acesso à Informação

Lei da Ficha Limpa – Uma conquista da cidadania

A aprovação da Lei da Ficha Limpa é um dos avanços registrados em 2011 pelo país, e resulta de uma campanha da sociedade civil brasileira para melhorar o perfil dos candidatos e candidatas a cargos eletivos. A lei impede a candidatura de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada, por crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Ela também amplia os casos e o período de inelegibilidade, estabelecendo em oito anos o tempo em que o político fica impedido de se candidatar quando for condenado por crimes eleitorais, hediondos, contra o meio ambiente e racismo, entre outros. A lei da Ficha Limpa foi aprovada graças à mobilização popular, que permitiu coletar mais de 1,3 milhões de assinaturas – o que corresponde a 1% dos eleitores brasileiros – em favor do projeto.

“ Não aceitamos que qualquer pessoa ou organização, que aja em nome da empresa, seja como representante, agente, mandatária, ou sob outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com agentes públicos. ”

José Gedda,
superintendente da Belcar Caminhões

“ Sempre buscamos a excelência, razão pela qual temos certificações em diversas áreas relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, e queremos assegurar essa mesma excelência a todos os procedimentos relacionados ao nosso negócio. ”

Rubens Rela,
diretor geral da Sama

“ Temos normas muito claras sobre conflito de interesses, e determinamos até o valor máximo dos presentes que nossos colaboradores podem enviar ou receber em nome da empresa. Com regras bem definidas, é mais fácil assegurar a transparência. ”

Melchiades da Cunha Neto,
diretor presidente da Scitech

Ação empresarial amplia estrutura para o tratamento do câncer

Mineradora lidera iniciativa em prol do setor de transplante de medula óssea do Hospital Araújo Jorge e amplia as possibilidades de tratamento e cura do câncer na infância



Novas instalações elevam a qualidade de vida das crianças internas e lhes proporcionam melhores condições para enfrentar a doença

Uma das obras de grande impacto social que aconteceu em Goiás em 2011 teve a participação da Serra Grande, que foi a ampliação e modernização do setor de transplante de medula óssea, do Hospital Araújo Jorge (HAJ), mantido pela Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG). O investimento beneficia diretamente a Pediatria, que passou a contar com uma unidade ambulatorial e outra laboratorial para a realização do tratamento de crianças com câncer. As novas instalações permitirão ao hospital aumentar o número de transplantes de medula óssea, além de favorecerem a pesquisa acerca do diagnóstico da doença.

A obra é resultado da realização do evento beneficente A Noite dos Corações de Ouro, em 2009, que arrecadou R\$ 1 milhão para ações sociais, tendo à frente da iniciativa a Serra Grande, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás e a Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

A mesma parceria foi repetida em novembro de 2011, e, desta vez, o recurso angariado será destinado à construção da Clínica São José, instituição voltada para o tratamento de dependentes químicos. O centro, que será administrado pela comunidade católica Luz da Vida, terá capacidade para 70 internos e poderá realizar 300 atendimentos mensais.

Projetos apoiados – Ao todo, a Serra Grande apoiou em Crixás e região mais de 30 projetos sociais, culturais e esportivos ao longo de 2011, beneficiando milhares de pessoas com capacitação, geração de trabalho e renda, cidadania, inclusão social e cultura. Um investimento de R\$ 1,4 milhões de reais, sendo mais de R\$ 600 mil via verba direta, ou seja, sem dedução fiscal.

Paralelamente, a empresa intensificou as formas de relacionamento com a comunidade. Implantou o Programa Diálogo Ampliado, que convida a todos para falar sobre suas percepções acerca das atividades da mineradora, e realizou mais uma edição da Chamada Pública de Projetos, que apoiou via verba direta quatro iniciativas apresentadas pela comunidade. Além disso, a empresa ampliou a divulgação do canal 0800 de dúvidas e reclamações,

Investimentos na Pediatria do Hospital Araújo Jorge possibilitam a criação de unidade ambulatorial e laboratorial, e favorecerem a pesquisa e o diagnóstico do câncer na infância

públicos com os quais se relaciona, entre outras atividades. “Percebemos que o desenvolvimento só acontece quando a comunidade é envolvida e abraça a oportunidade que lhe é oferecida”, comenta Ricardo de Assis Santos, gerente Geral de Operações.

Mais de 500 visitantes de vários estados do Brasil e também do Equador, estiveram na empresa durante 2011, o que ocorreu através do programa Empresa Aberta, que permite à comunidade visitar as instalações da Serra Grande e conhecer suas ferramentas de gestão ambiental, incluindo mina de subsolo a céu aberto, planta metalúrgica e barragem de rejeitos. “Essa abertura é muito importante para trabalharmos de maneira cada vez mais integrada”, diz José Xavier Rodovalho, diretor da Universidade Estadual de Goiás, em Crixás.

Com essas medidas, a empresa espera estabelecer um relacionamento aberto com a comunidade, fazendo com que esta seja protagonista das mudanças. “A Serra Grande será apenas uma desencadeadora do processo, estimulando a população a continuar tocando os projetos. Por isso, todo o nosso investimento via leis de incentivo fiscal e verba direta é feito em propostas apresentadas pela própria comunidade”, comenta Carlos Cordeiro, gerente de Sustentabilidade.

e criou um programa de rádio para tirar dúvidas sobre atividades de mineração. Numa outra frente, a Serra Grande realizou pesquisa qualitativa e outra quantitativa sobre a percepção socioambiental dos

Prêmio à responsabilidade ambiental

A Serra Grande foi premiada em 2011 como a empresa de mineração com as melhores práticas de gestão e educação ambiental do Estado de Goiás. O reconhecimento veio por meio do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, concedido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás. Responsável pela geração de 1.053 empregos diretos, a Serra Grande também foi eleita em 2010 como a operação mais segura entre as 20 operações da AngloGold Ashanti em todo o mundo.

Por Márgara Morais

Brasil acolhe a Rio+20

Entre 20 e 22 de junho, o Brasil vai sediar as discussões mundiais sobre sustentabilidade e meio ambiente. O país vai receber a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre vinte anos depois da Eco-92, também realizada no Rio de Janeiro. Com a presença de chefes de Estado e de Governo dos diversos países membros da ONU, o encontro tem como objetivo renovar o compromisso político internacional com o desenvolvimento sustentável, avaliar os progressos concretizados até o momento e abordar os desafios emergentes. A tônica da conferência será o incentivo a uma economia verde, que vise o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Dentre os debates destacam-se temas relevantes como o desafio de aumentar a eficiência no uso da energia, a qualidade de vida nas cidades, a produção de alimentos para uma população mundial crescente, a escassez de água doce, a necessidade de preservar os oceanos, e o enfrentamento e prevenção do número crescente de desastres naturais.

Na agenda do evento está a discussão sobre a criação de um novo indicador do produto interno bruto, considerando outras variáveis além das inerentes ao sistema atual, como, por exemplo, contabilizar a infraestrutura ecológica do país. O aumento da população também será alvo de debates, diante das projeções que apontam que o planeta terá 9 bilhões de habitantes em 2050. O Brasil é visto como um dos possíveis líderes globais do processo de construção de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental.

Fotos difundem projetos sociais corporativos

Desde a primeira edição, em 2008, a revista CORES privilegia as fotos enviadas pelas empresas, as quais mostram diversos projetos com a chancela da responsabilidade social. Nesta edição, a foto da capa ilustra o programa Empresa Aberta, idealizado pela Mineração Serra Grande. O objetivo é mostrar ao público a forma como a empresa trabalha, as etapas do processo de extração, separação do ouro do minério e destinação final dos rejeitos, oportunidade em que os visitantes conhecem de perto as práticas de gestão ambiental adotadas pela companhia.



Arte: um caminho para a superação

No final do ano, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Goiânia apresentou um espetáculo de superação e inclusão por meio da arte. Com o Teatro Rio Vermelho lotado, o público assistiu "Reinações de Lobato na terra da inclusão", peça interpretada pelos alunos da instituição. A produção foi inspirada no clássico da literatura infantil, "Reinações de Narizinho", de Monteiro Lobato, e mostrou a capacidade de expressão artística e corporal, além da superação e sensibilidade de atores e bailarinos com deficiência intelectual e múltipla. O espetáculo levou à reflexão sobre valores e condutas e deixou a mensagem de que arte e inclusão caminham lado a lado.

Ferramentas aprimoram sistema de gestão

O Sesi Goiás oferece uma ferramenta de gestão que se revela cada dia mais necessária às empresas: o diagnóstico, sendo um de sustentabilidade no trabalho e o outro de clima organizacional. O primeiro, fruto de uma parceria com o IEL de Santa Catarina, se traduz em um levantamento de informações e dados que dão uma visão global da empresa e aponta os caminhos que ela deverá seguir para alcançar excelência em seu sistema de gestão. O segundo é utilizado para medir e apurar o grau de satisfação dos colaboradores diretos da empresa perante determinadas variáveis.

Pessoa com deficiência ganha representatividade

A criação do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência e do Reabilitado do INSS se traduz em um ganho para toda a sociedade goiana, particularmente para os beneficiários diretos, que veem crescer as possibilidades de serem incorporados à força produtiva do País. As entidades que congregam o fórum querem sensibilizar as empresas e apoiá-las no cumprimento aos aspectos legais, sociais e econômicos oriundos da empregabilidade dessa mão-de-obra. Pretendem, concomitante, sensibilizar a pessoa com deficiência, e sua família, e o reabilitado do INSS, para as vantagens, oportunidades e requisitos para a inserção deles no mercado de trabalho, bem como ajudar a capacitá-los. A Fieg é uma das integrantes do fórum, e está representada nele por seu Conselho Temático de Responsabilidade Social.

Conselho atrai sociedade civil e empresas

A cada reunião, o Conselho Temático de Responsabilidade Social da Fieg angaria novos participantes. São executivos, colaboradores de empresas, consultores, dentre outros que veem com simpatia o trabalho desenvolvido pelo conselho e querem se atualizar sobre os temas tratados nas reuniões, afetos à responsabilidade social corporativa. No último encontro de 2011, um dos palestrantes foi Haroldo Menezes, diretor do Instituto Soldados da Paz, que apresentou o vídeo do Global Peace Festival (Festival Craques da Paz), evento que acontecerá este ano em Goiânia. Outro participante, o empresário Marcelo Carneiro, da Arte Brasil, falou sobre a oficina de trabalho que promoverá na Fieg para empresas associadas ao conselho, e a convite deste, sobre as leis de incentivo fiscal disponíveis para empresas interessadas em reverter parte de seus tributos ao custeio de projetos que se enquadram na legislação pertinente.

Trabalho social rende homenagem a Antônio Almeida



O presidente do Conselho Temático de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Antônio de Sousa Almeida, foi homenageado pelo trabalho social voluntário em prol da comunidade de Araras, no município de Faina-GO, que o elegeu presidente de honra da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, entidade que congrega os portadores do xeroderma pigmentoso, doença que acomete grande número de pessoas daquela comunidade. A homenagem ocorreu durante a concessão de título de cidadão goianiense, que lhe foi conferido pela Câmara Municipal de Goiânia. Outra organização, a Fundação Global da Paz (em inglês, Global Peace Festival Foundation) o distinguiu com a premiação *National Service Award for Moral and Innovative Leadership*, concedida a lideranças que se destacam nos quesitos Ética, Moral e Inovação para a construção de uma cultura de serviço e paz.

Artesanato em biscuit mobiliza presídio

Programa de Geração de Emprego e Renda oferece curso para detentos e lhes abre uma nova oportunidade de integração social



Diretor interino e supervisor de produção e recuperação do presídio Sarandi, Wesley Vasconcelos: "O curso é a valorização dos detentos"

Um simples curso de biscuit, que ensina a fazer peças de porcelana fria com massa de modelar produzida a partir da mistura de amido de milho, cola branca e conservantes como limão ou vinagre e vaselina, mudou a rotina do presídio de Sarandi, localizado no povoado com o mesmo nome, perto de Itumbiara, no Sul de Goiás. Selecionados por bom comportamento e interesse, 25 presidiários participaram da atividade, realizada pelo Sesi no âmbito do Programa Geração de Emprego e Renda.

O curso de biscuit na unidade prisional durou apenas uma semana, mas provocou diferentes reações e muitas expectativas em seus concluintes. O resultado obtido chamou atenção até mesmo da professora Flávia Heloiza Sousa. Com experiência em ministrar aulas de artesanato há dois anos no Sesi, ela diz que se surpreendeu. "Eles são dedicados, em dois dias produziram cada um mais de uma peça, sendo que o comum são os participantes levarem uma semana para fazer o mesmo trabalho."

Planos para o futuro – Aberto a candidatos de ambos os sexos, eles mostraram que não apenas as mulheres, como se poderia supor, têm interesse pelo biscuit. Preso há um ano e dez meses por tentativa de homicídio, D.D.B., de 33 anos, conta que resolveu fazer o curso porque não gosta de ficar muito tempo parado na cela. "O que eu aprendi é uma possibilidade de trabalho para quando sair da prisão", aposta o trabalhador, que antes atuava em uma usina de álcool.

O gosto por trabalhos manuais sempre esteve presente na vida de P. L., de 50 anos. Antes de ser condenado a um ano e um mês de prisão por tráfico de drogas, trabalhava como tecelão de redes e tapetes. Agora ele acredita que o curso não só oferece uma alternativa de renda quando ganhar liberdade, mas também uma possibilidade de convivência. "Todos que estão aqui querem melhorar e o Sesi ajuda nessa batalha."

Os participantes também relataram que o curso contribuiu para o aumento da autoestima. D.A.S, de 22 anos, conta que quando a professora chegou e mostrou as peças que eles teriam de aprender a fazer durante o curso ela ficou desanimada. "Pensei, não vou dar conta nunca e no final me surpreendi com o que eu posso fazer", diz a jovem, que cumpre pena por furto. A., detida há três meses, diz que o curso ajuda amenizar a dor causada pela distância e a saudade da família e amigos.

Para o diretor interino e supervisor de produção e recuperação do presídio Sarandi, Wesley Vasconcelos, o Sesi é uma instituição que forma, tanto para toda sociedade, quanto para aqueles que estão privados de liberdade. "Esse curso não é apenas uma certificação, é a valorização dos detentos que temos aqui", diz. Satisfeito com os resultados do curso de biscuit, ele já planeja firmar mais parcerias com o Sesi em 2012.

A gerente de Educação Básica do Sesi, Ângela Buta, ressalta que a educação pode ser feita em qualquer lugar e agregar receita ao orçamento. "A gente percebe que logo após o curso, o aluno tem condições de colocar em prática o que aprendeu. Muitos já saem empregados", explica.

Um curso, muitas histórias para contar

O Programa Geração de Emprego e Renda é ministrado nas unidades do Sesi desde 2009. Em 2011, 4.213 alunos realizaram 53 tipos de atividades, como automaquiagem, decoupage, fuxico, cabeleireiro, pintura em tecido e biscuit. Só na unidade do Sesi Itumbiara, 515 alunos participaram das oficinas este ano. Muitos deles têm boas histórias para contar. É o caso de Madalena



Dona de casa Madalena Machado Rodrigues passou a ser empreendedora e comanda cinco funcionários

Machado Rodrigues, que de dona de casa passou a empreendedora e comanda cinco funcionários em um estabelecimento que vende salgados, doces, tortas e quitandas.

Depois que o marido de Madalena ficou desempregado, ela resolveu fazer o curso de bombons e tortas no Sesi. Começou a vender a produção na rua e o sucesso foi tão grande que, em pouco tempo, precisou abrir um negócio para atender à demanda. "Hoje me sinto realizada. Quem tem um sonho, o Sesi dá um empurrão com esses cursos", diz Madalena, que recebe encomendas de grandes indústrias de Itumbiara, como Caramuru e Pioneer.

Nova profissão – Com os filhos pequenos e a sogra doente, Clarinda Maria Neves, de 43 anos, precisou deixar de trabalhar como empregada doméstica para ficar em casa. "Eu pensei, agora preciso de uma forma de ganhar dinheiro sem precisar sair de casa. Foi então que resolvi fazer o curso do Sesi." Clarinda recebeu a primeira encomenda enquanto ainda frequentava as aulas. Montou um estande no Fórum da cidade e, depois disso, as encomendas se

multiplicaram. "Agora sou conhecida como a Clarinda dos bombons", brinca.

Clarinda avalia que, depois de ter participado do curso, além de conquistar independência financeira, teve a autoestima elevada. "Agora já compro roupas para mim e para meus filhos. Minha filha está no balé. Comprei um micro-ondas", conta. A ex-doméstica, que agora é chamada até para ministrar cursos, diz que só não aumentou a produção porque falta estrutura física, mas ela e o marido já planejam ampliar o tamanho da cozinha. "Estou muito realizada. O Sesi me deu a direção para algo que eu gostava de fazer, mas não sabia como."

Aparecida do Carmo, de 29 anos, percorreu caminho diferente de Clarinda. No caso dela, foi preciso deixar de trabalhar fora de casa para atender à demanda de pedidos que surgiu depois que ela fez o curso de biscuit no Sesi. Aparecida era vendedora de canais de TV a cabo e, devido ao grande número de encomendas, largou o emprego para fazer objetos em biscuit. "Meu marido falava que essas coisas não davam dinheiro e agora já planejamos mudar de casa para ampliar a produção."



Atuação do MP frente às novas demandas sociais

Uma das instituições mais sensíveis às mudanças sociais, o Ministério Público ganha status ao abraçar as demandas vindas de uma sociedade cada vez mais informada e exigente quanto à transparência nas relações do poder público e à ética na economia e na política. A atuação da instituição em Goiás é referendada no meio, como atesta o procurador-geral de Justiça, Benedito Torres Neto.

Como o Ministério Público (MP) pode ajudar a combater a corrupção no Brasil?

O Ministério Público tem combatido a improbidade administrativa em diversas frentes. Em nível nacional, lançamos o programa 'O que você tem a ver com a corrupção?'. Em nível local, criamos recentemente uma força-tarefa para que ações necessárias para crimes contra o erário sejam propostas. Desses esforços e do trabalho de nosso serviço de inteligência, que atua em articulação com as polícias civil e federal, resultaram diferentes operações e denúncias de irregularidades na gestão de recursos públicos.

Quais operações mereceriam maior destaque?

Na área da saúde, a Operação Fundo Corrosivo apurou o desvio de verbas dos fundos rotativos de vários hospitais públicos. Esses fundos se destinam a atender necessidades emergenciais



Ministério Público reunido no lançamento da força-tarefa de combate à corrupção e à improbidade administrativa, em dezembro de 2011



Promotor Rodrigo Bolelli em palestra no Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Goiás (Focco-GO)

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente foca a preservação das áreas de Cerrado e o remanescente da Mata Atlântica

dos hospitais que integram a rede estadual. Entre as irregularidades apuradas, estavam fraudes na cotação de preços, superfaturamento de produtos e serviços, falsificação de documentos e venda de notas fiscais. Na área ambiental, a Operação Propina Verde apurou atos de corrupção na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Após a análise de 650 procedimentos administrativos, dos quais 450 com irregularidades, e transcrições de 2.500 horas de conversas telefônicas, o MP denunciou, em dezembro de 2011, técnicos em agrimensura, engenheiros agrônomos, corretores rurais e despachantes, além de cinco servidores públicos do órgão por um esquema de obtenção indevida de autorizações para diversas atividades mediante o pagamento de propinas.

Como o MP vem trabalhando para promover a cidadania?

Um bom exemplo veio da área da saúde. Graças à intervenção do MP de Goiás, por meio do projeto de cidadania para o Entorno do DF, em 2011, depois de 13 anos parada, a construção do Hospital de Valparaíso de Goiás finalmente foi concluída. O hospital foi inaugurado com a expectativa de que mil pessoas, de Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental sejam atendidas diariamente na unidade.

Que tratamento foi dado à segurança pública em 2011?

Nessa área, organizamos uma força-tarefa para concluir inquéritos de homicídios que estavam parados. Em 2011, também cobramos providências diante da falta de vagas na Casa de Prisão Provisória e da superlotação

Programa Interação, de enfrentamento às drogas, será apresentado em fevereiro, e tem o Ministério Público como o principal articulador das partes envolvidas no problema

da Cadeia Pública de Anápolis, onde havia apenas 168 vagas e 370 detentos cumprindo pena. Criamos um fórum permanente para acompanhar o plano emergencial de construção de um novo presídio e a reforma da cadeia pública de Anápolis e celebramos um termo de ajustamento de conduta para a construção de 1.200 novas celas. O objetivo é assegurar as mínimas condições de dignidade à população carcerária e o respeito aos Direitos Humanos, além de reduzir problemas como doenças, brigas e tentativas de fuga, favorecidas pela superlotação. Também lançamos a campanha Criança Não é Brinquedo, contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que conquistou grande repercussão.

O MP Goiás é um dos integrantes do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho da Pessoa com Deficiência e do Reabilitado do INSS. Como será a atuação da instituição nessa iniciativa?

Por meio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, nosso trabalho será o de fiscalizar se a legislação em vigor está sendo obedecida e promover o cumprimento das cotas de contratação, conforme a Lei 8.213/91, além de conscientizar as empresas da importância de empregar as pessoas com deficiência, como a legislação estabelece. O MP já desenvolve atividades em prol do respeito aos direitos do trabalhador e da pessoa com deficiência, daí a importância de buscar a parceria de instituições sérias, como a Fieg, que compartilham esses objetivos e essa visão.



Promotor Dênis Bimbatá, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, explica denúncia contra servidores públicos

E na área ambiental, que ações estão em curso?

São vários os focos do MP nesta área. Há, por exemplo, uma forte articulação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente para a instalação de unidades de conservação ambiental em Goiás, com foco nas áreas de Cerrado, mas também no remanescente da Mata Atlântica. Aliás, sobre ela, expedimos, no início de dezembro último, uma recomendação para que a Semarh crie a Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral para a Proteção de Resquícios da Mata Atlântica, situada especificamente em Itajá e Aporé, no Sudoeste de Goiás, região onde ainda não há nenhum parque estadual. Para a criação dessas unidades, o MP apontou até fontes financeiras de implementação, através de aportes por empreendimentos que causam grande impacto ambiental, a exemplo do valor de R\$ 34 milhões vindos da Anglo American. Outro ponto importante foi a articulação para a criação dos comitês de bacia, que saltaram para cinco. O objetivo do MP é cobrir todas as bacias hidrográficas em território goiano com comitês. Nesta área, o MP cuida não apenas do aspecto ambiental, mas desenvolve ações no âmbito de proteção do patrimônio histórico e cultural, que é área de abrangência do mesmo centro de apoio. Além disso, os promotores fiscalizam o cumprimento da legislação ambiental por parte de governantes e de empresas.

Ao longo da última década o MP conquistou simpatia e credibilidade da população. A que se deve essa percepção positiva da instituição?

À eficiência conseguida graças a uma melhor capacitação e à seriedade de nosso trabalho. Como presidente do Conselho Superior do Ministério Público, posso dizer que o MP Goiás é o melhor do Brasil, considerando seu nível de organização, a eficácia de seu serviço de inteligência, e a qualidade da capacitação oferecida aos servidores. Com a Escola Superior do Ministério Público, conseguimos dar capacitação à distância para servidores lotados em municípios distantes e disseminar nossos padrões de excelência.



Promotora Liana Antunes à frente da campanha Criança não é Brinquedo, contra o abuso sexual de crianças e adolescentes

Vivemos uma época de cobrança da sociedade por transparência e ética nas ações do poder público. Isso tem reflexos no MP?

Uma população consciente tem menor tolerância às fraudes. Houve um tempo em que os prefeitos tinham as chaves dos cofres públicos. Mas, graças à maior conscientização das pessoas, isso precisou mudar. Da mesma forma, as urnas eletrônicas vieram para substituir a votação tradicional, para assegurar maior idoneidade ao processo eleitoral. Também ficou para trás a era dos showmícios. Para acompanhar essa mudança na postura da sociedade e corresponder às expectativas, o MP, como defensor do regime democrático e dos direitos individuais e coletivos, tem de trabalhar de forma cada vez mais eficaz. Acredito que, nos próximos anos, deve aumentar a pressão por regras mais claras e rigorosas para os financiamentos de campanhas eleitorais.

O Ministério Público tem uma agenda para 2012?

Estamos desenvolvendo o Interação, programa de enfrentamento às drogas que será apresentado em fevereiro. O Ministério Público será o grande articulador de todas as partes envolvidas no problema. Na área da saúde, o plano é incentivar a criação e a divulgação dos locais para tratamento e o apoio à família do dependente químico. No âmbito policial, vamos discutir as melhores formas de investigar e combater o tráfico de drogas unificadamente. Na área da Educação, vamos debater a importância de uma educação preventiva.

Qual o principal desafio do MP Goiás nos próximos anos?

Continuar investindo na capacitação dos promotores e dotá-los de ferramentas adequadas para que consigam desempenhar suas funções a contento. Isso inclui mais investimentos para reforçar a infraestrutura da instituição, com sedes próprias nos municípios, segurança e atualização tecnológica, por meio de adequados e suficientes equipamentos de informática.

Programa rastreia cadeia produtiva, de olho na sustentabilidade

Caramuru Alimentos adota padrão internacional de ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental aplicado à produção agrícola, transporte, armazenagem e processamentos industriais

Em 2006, a Caramuru aderiu ao programa de certificação denominado ProTerra, que consiste em um padrão internacional de ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental aplicado à produção agrícola, transporte, armazenagem e processamentos industriais. Esse padrão foi desenvolvido pela Cert ID Certificadora Ltda (Cert ID), empresa de certificação de origem norte-americana, com atuação no Brasil e em várias partes do mundo. A Cert ID tomou por base um estudo denominado Critérios de Basileia para a Produção de Soja Responsável, realizado em 2004, em resposta a uma crescente demanda do mercado, de consumidores, varejistas e ONGs por produtos sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e social. A Caramuru foi uma das pioneiras do segmento na aplicação do referido programa.

Por meio do ProTerra, a Caramuru vem conseguindo cumprir uma série de normas ligadas à sua produção, as quais culminam com uma gestão sócio e ambientalmente responsável, guiada pelos princípios da sustentabilidade. O programa considera desde os critérios mais elementares de procedimentos e condutas, até um alto nível de compromisso da empresa com o meio ambiente, a justiça social e a viabilidade econômica.

De acordo com Edwirges Michellon, gerente do setor de Qualidade da Caramuru, o padrão ProTerra se equivale ou supera os requisitos de outros padrões voltados para uma agricultura sustentável. "Ele fornece um mecanismo eficiente de comunicação com os clientes e sinaliza o compromisso da empresa com as práticas ecológicas e socialmente corretas, valor altamente reconhecido pelo mercado", ressalta.

Na Caramuru, a produção de soja NÃO-GM (não geneticamente modificada) e



A adoção de processos sujeitos à certificação tem reflexos diretos na sustentabilidade do negócio e do meio ambiente, é o que demonstra a Caramuru com sua produção agrícola

seus produtos derivados são certificados conforme o padrão ProTerra e o de rastreabilidade NÃO-GM da Cert ID. Para Edwirges Michellon, isso traz credibilidade e reconhecimento internacional, em face da rastreabilidade rigorosa imprimida aos processos da cadeia produtiva, com garantia de produtos sustentáveis. "As unidades de produção são inspecionadas e centenas de produtores, auditados", diz ela. São emitidos certificados para as unidades agrícolas e industriais, e certificados de rastreabilidade para cada embarque de produto para os mercados doméstico e internacional.

A certificação envolve uma forte parceria da Caramuru com os produtores rurais, seus fornecedores de matérias-primas, que se comprometem a cumprir os quesitos do plano de rastreabilidade implantado pela empresa.

Abrangência do ProTerra

A aplicação do ProTerra exige que sejam emitidos certificados para as unidades agrícolas e industriais, e certificados de rastreabilidade para cada embarque de produto para os mercados doméstico e internacional.

Dentre os requisitos contidos na certificação ProTerra estão o cumprimento de normas relacionadas à sustentabilidade ambiental, indicando que devem ser preservadas as florestas úmidas, matas ciliares, áreas alagadiças, pântanos, encostas acentuadas, áreas de alto valor para a conservação do meio ambiente, e áreas indígenas.

Sustentabilidade: Para muitos, novidade. Para nós, responsabilidade.



O FLAMBOYANT ACREDITA NISSO E COLOCA EM PRÁTICA IDEIAS E AÇÕES QUE NOS DIRECIONAM A UM MUNDO SUSTENTÁVEL. COM USO RACIONAL DOS RECURSOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. ESTE COPROMISSO TORNOU-SE AINDA MAIS INTENSO APÓS A CRIAÇÃO DO INSTITUTO FLAMBOYANT, EM 2004, QUE PASSOU A COORDENAR UMA SÉRIE DE PROJETOS LIGADOS A ÁREAS CULTURAIS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, GERAÇÃO DE RENDA E MUITO MAIS.

- MONITORAMENTO DO AR-CONDICIONADO
- OTIMIZAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL
- REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA
- MINIMIZAÇÃO DO IMPACTO GERADO PELO ESGOTO
- SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
- SUBSTITUIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS POR MÓVEIS DE MADEIRA COM CERTIFICAÇÃO FSC
- PAPELARIA, BRINDES E CALENDÁRIOS EM MATERIAL RECICLADO
- CONSUMO CONSCIENTE
- PROJETO TECELAGEM
- APOIO AO EMPREENDEDORISMO
- GERAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES DE COMUNIDADES DO ENTORNO DO SHOPPING
- PROJETO EU CUIDO, COM CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMAS COMO ARTE, CULTURA, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL.



www.institutoflamboyant.org.br

Construtora comemora Jubileu de Prata e encerra 2011 com um elenco de premiações e certificações que a tornam referência nacional na área da construção civil

A Pontal Engenharia encerrou 2011 com a comemoração dos seus 25 anos de atuação no mercado da construção civil goiana. O Jubileu de Prata foi marcado com a conquista de cinco certificações de excelência em gestão, e coroado com homenagens e premiações: foram cinco estaduais e seis nacionais.

Em dezembro, a construtora obteve o Prêmio ECO 2011 em duas categorias: de Sustentabilidade em Processos e Estratégia e de Liderança e Inovação para a Sustentabilidade, pelos projetos Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero e Liderança para Sustentabilidade – Dificuldades são Oportunidades. A iniciativa

– da Câmara Americana de Comércio (Amcham) e do jornal Valor Econômico – reuniu executivos de renomadas marcas como Natura, O Boticário, Walmart, Camargo Corrêa, Nestlé, Ambev, Furnas, HSBC, Goodyear, PepsiCo, Volkswagen, Phillips, Schincariol, Votorantim, MPX, entre outras.

Em agosto, a construtora já havia recebido o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social, edição 2011. A premiação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) – maior entidade de classe da construção civil no país – foi concedida em reconhecimento ao conjunto de ações aplicado pela Pontal Engenharia em seus empreendimentos, visando à promoção da qualidade de vida, otimização e preservação dos recursos naturais, em um ambiente de trabalho seguro e saudável. O troféu foi entregue ao diretor-presidente da Pontal, Ricardo Mortari Faria, pela presidente da República, Dilma Rousseff. “Essa conquista foi o resultado do empenho e dos esforços

de uma equipe de profissionais de diversas áreas, que atuam para compor os interesses de todas as partes envolvidas no negócio da Pontal Engenharia. Mostra também que estamos no caminho certo, guiados pelas práticas e princípios que determinam a sustentabilidade do negócio”, afirmou o diretor-presidente.

Foco na saúde e na segurança – Em 2011, a construtora venceu a etapa nacional do Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho (PSQT), na categoria Microempresa, e ficou entre as cinco melhores indústrias brasileiras no quesito Inovação. A conquista do PSQT veio com o projeto Integrando Ergonomia e Qualidade de Vida no Trabalho, focado na perspectiva de um ambiente seguro e saudável. A abordagem do projeto está na prevenção de doenças laborais. O sistema originado objetiva eliminar os riscos que possam levar a acidentes ou doenças e reduzir as situações que provoquem desgaste físico e psicológico.



Práticas ligadas à arte do Tai chi chuan estão entre as atividades propostas pelo projeto De Olho na Postura, com o qual a Pontal Engenharia ganhou o edital de inovação Senai-Sesi nacional

PONTAL ENGENHARIA

Premiações marcam aniversário de 25 anos

As conquistas renderam a Ricardo Mortari Faria a medalha da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, com o grau de Comendador, maior honraria do trabalho no país, concedida pela Presidência da República.

Em nível estadual, outro projeto, o Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero, foi contemplado com o primeiro lugar na categoria Atividade Industrial, no Prêmio Goiás de Gestão Ambiental, promovido pelo governo estadual, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Na ocasião, a Pontal também foi distinguida com o segundo lugar na categoria Educação Ambiental Corporativa, por seu projeto Educar para Construir um Mundo Melhor.

Referência para outras empresas – Em 2011, a Pontal Engenharia foi auditada pelo ICQ Brasil e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), quemantiveramsuas certificações: NBR ISO 9001:2008 (qualidade), PBQP-H SiaC - nível A:2005 (qualidade), NBR 16001:2004 (responsabilidade social), NBR ISO 14001:2004 (gestão ambiental) e OHSAS 18001:2007 (saúde e segurança no trabalho). As certificações atendem a padrões nacionais e internacionais e são reconhecidas pelo mercado como ferramentas para atestar a qualidade da gestão e a sustentabilidade da empresa.

Práticas adotadas internamente pela Pontal estão se tornando referência para outras empresas. É que o projeto De Olho na Postura foi contemplado pelo edital de inovação Senai-Sesi nacional – iniciativa que tem o apoio do CNPQ –, o que permitirá que outras empresas tenham acesso a ele e possam se beneficiar do conhecimento e

expertise adquiridos pela Pontal Engenharia. O projeto concorreu com 81 outros estudos apresentados no certame.

O De Olho na Postura propõe a incorporação dos conceitos e postulados de ergonomia, aplicados às diversas atividades relacionadas à construção civil. Estes, por sua vez, são apoiados na prática do Tai chi chuan, da ginástica laboral, das micropausas durante a realização das tarefas, sejam elas na empresa ou em casa, e outros comportamentos e hábitos que promovem bem-estar, saúde e qualidade de vida. O diferencial do projeto está no fato de ter sido concebido para atender a necessidades específicas do setor da construção civil, reconhecido pelo alto número de afastamentos e acidentes de trabalho. “Na Pontal Engenharia os resultados são visíveis, a construtora está há mais de 11 anos sem acidentes, somando dois milhões de horas trabalhadas sem qualquer registro negativo, destaca a coordenadora de projetos do Sesi, Cleonice Maria da Silva.

Gestão de resíduos sólidos – Outro projeto relevante para a Pontal Engenharia, e de impacto social, foi o Produção Mais Limpa e Sustentável com Resíduo Zero. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável por meio da aplicação do princípio dos 5 Rs: reduzir, reusar, reciclar, repensar, recusar, e do conceito da logística reversa, com o reaproveitamento dos resíduos da construção dentro da própria obra. Segundo um dos responsáveis, o engenheiro civil Wesley de Andrade Galvão, o projeto inovou ao eliminar a caçamba de entulho e, juntamente com ela, solucionar o problema do desperdício de materiais e diminuir o impacto ambiental causado pelas edificações. Por meio de uma mini-usina de reciclagem, instalada nos canteiros de obras da construtora, é feito o reaproveitamento de canaletas, blocos, concretos, pedras e argamassas. Após a reciclagem, o material é transformado em matéria-prima, sendo empregado em revestimentos, contrapisos e na produção dos blocos de concreto, explica o engenheiro. “O sistema de gestão de resíduos sólidos aperfeiçoou nosso modelo construtivo”, destacou o engenheiro Ricardo Mortari Faria, diretor-presidente da Pontal.



Pontal Engenharia elimina a caçamba de entulho de seus canteiros de obras, com a reciclagem dos resíduos da construção, que retornam ao processo industrial na forma de matéria-prima

Prêmios revelam valores cultivados pela empresa



1º lugar nacional do Prêmio ECO 2011, da Amcham, nas categorias Sustentabilidade em Processos e Estratégia, e Liderança e Inovação em Sustentabilidade



1º lugar nacional do Prêmio CBIC de Responsabilidade Social 2011, na categoria Empresa



Certificações conferidas pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil)



1º lugar do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental 2011, na categoria Atividade Industrial, e 2º lugar na categoria Educação Ambiental Corporativa

Edital Sesi-Senai nacional de Inovação 2011



1º lugar nacional do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT) 2010, na categoria Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável, e eleita entre as cinco melhores do país no quesito Inovação



1º lugar estadual do Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho 2010, nas categorias Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável e Inovação



Medalha da Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, 2011



Diploma da Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, 2011

1º lugar do Prêmio Crea Goiás de Meio Ambiente 2010, modalidade Produção Limpa



Sustentabilidade está no foco dos investimentos

Ações para proteger o meio ambiente incluem repovoar rio com peixes nativos da região. Os benefícios alcançam a comunidade, que faz parte de diversos projetos mantidos pela empresa



Jair Borges se junta às crianças e adolescentes beneficiados pelo Projeto Segunda Milha, desenvolvido em parceria com a prefeitura de Orizona-GO

Há dez anos, o Laticínios JL, detentor da marca Valeza, vem repovoando o Rio Santa Bárbara, no município de Orizona-GO, com peixes nativos da região. Ao todo, cerca de 10 mil exemplares de espécies como pirapitinga, piracanjuba, tambacu e caranha já foram reintroduzidos na natureza desde o início do programa, em 1991. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações que visam dar tratamento adequado aos efluentes da empresa, cujo sistema apresenta eficiência entre 90% e 96%, conforme laudos laboratoriais e análise realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Sema-rh). “Além de contribuir para aumentar o grau de pureza da água, o rio com peixe é um deleite para alguns antigos moradores da cidade, habituados à prática da pescaria”, diz Jair José Antônio Borges, diretor presidente do Laticínios JL.

Para aumentar a oferta de peixes na região, a Valeza mantém em uma chácara cinco tanques com capacidade para até 3 mil alevinos. Os filhotes de peixe são tratados no local até atingirem o tamanho de 10 centímetros, fase em que são introduzidos no rio Santa Bárbara.

Referência local – A empresa foi fundada em 1988 e está sediada no município de Orizona. A marca Valeza foi inspirada no nome Vale do Orizona, e adotada por seus fundadores como forma de homenagear a região e os produtores locais de leite.

Para um município cuja população é de aproximadamente 14 mil habitantes, a presença da Valeza – que conta com 270 colaboradores da comunidade local – é algo representativo. A empresa é uma referência para a comunidade local.

Com frequência, os moradores recorrem a ela em busca de apoio para a realização de eventos culturais, campeonatos esportivos, maratonas e a tradicional Festa do Peão, realizada anualmente. “Agimos dentro da crença de que nossas atividades devem afetar minimamente a comunidade e, se possível, gerar nela uma percepção positiva sobre a presença da empresa em seu meio”, observa Jair Borges.

Parceria pelo esporte – A Valeza também apoia ações de responsabilidade social, a exemplo do projeto Segunda Milha, desenvolvido em parceria com a prefeitura de Orizona, e responsável pela manutenção de uma escolinha de futebol

“**Agimos dentro da crença de que nossas atividades devem afetar minimamente a comunidade e, se possível, gerar nela uma percepção positiva sobre a presença da empresa em seu meio**”

Jair José Antônio Borges,
diretor presidente do Laticínios JL

que atende 600 crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos. A empresa fornece todo o material esportivo usado durante as aulas e distribui lanches reforçados para os alunos. “O objetivo é dar uma ocupação saudável a esses jovens no período em que não estão na escola, prevenindo situações como o envolvimento com as drogas”, explica Jair Borges.

Em outra frente, a parceria entre prefeitura, Valeza e empresas locais permitiu a realização do projeto Gera Renda, cuja finalidade é profissionalizar os produtores de leite, dando-lhes condições para um melhor gerenciamento de seus negócios.

Filantropia – Com o apoio da Valeza, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) promove palestras para os funcionários e também para os

Empresa participa do esforço para profissionalizar os produtores de leite da região, dando-lhes condições para um melhor gerenciamento de seus negócios, por meio do projeto Gera Renda, realizado junto com outros parceiros

moradores, abordando temas como saúde, segurança no trabalho e qualidade de vida. “As palestras atraem o interesse de profissionais de várias áreas e de trabalhadores de outras empresas”, diz Jair Borges. A prática da filantropia está entre as ações realizadas pela CIPA, com o apoio da Valeza, como arrecadar alimentos para ajudar na manutenção de um centro de convivência de idosos e de famílias de baixa renda. A última campanha, em agosto de 2011, resultou na coleta de 1.073 kg de alimentos, fora agasalhos, informa Adriana Divina de Santana, presidente da CIPA.

Valorização profissional – Na Valeza os colaboradores internos têm papel de destaque na estratégia de responsabilidade social. Todos recebem, a cada mês, uma cesta básica que inclui alimentos, produtos de limpeza e de higiene pessoal.

Por meio de um sistema de cotas, a empresa dá aos colaboradores a oportunidade de realizarem tratamento dentário, com atendimento feito pelo Serviço Social da Indústria (Sesi). Quando a cota não é consumida inteiramente, o benefício é estendido aos familiares. Estes, também têm acesso aos clubes recreativos da cidade, onde a empresa mantém convênio com a finalidade de oferecer meios que elevem a qualidade de vida dos empregados.

Como resultado desse conjunto de ações estratégicas, a Valeza chegou à marca dos 140 mil litros de leite, processados diariamente. “No próximo ano, vamos abraçar novos projetos e desafios em questões relacionadas à responsabilidade social, ao meio ambiente e à sustentabilidade do negócio”, afirma Jair Borges.



Sustentabilidade, a bola da vez

Por Ricardo Voltolini

A frase “encontre sustentabilidade com ótimos preços e enorme variedade”, utilizada para divulgar um site de vendas na Internet, soa tão estranha quanto o slogan da universidade que decidiu associar sua imagem à responsabilidade social, afirmando ter as mensalidades mais baixas do mercado. A estranheza, em um e outro caso, decorre do uso equivocado e fora de contexto de conceitos densos que, de tão falados, caem no gosto do público antes mesmo de serem compreendidos. E viram nomes fáceis, amplamente aceitos, para ideias que agradam diferentes plateias.

Esse é o risco que corre o termo sustentabilidade, a bola da vez no universo corporativo. Sustentabilidade não significa apenas um nome fácil, agradável e com sonoridade contemporânea. Também não se restringe a um código do mundo ambiental. É um conceito que tem história, cuja evolução, nas últimas duas décadas, reflete sobretudo o modo como a sociedade passou a enxergar o papel de empresas e organizações na garantia do futuro do planeta.

Aos que desconhecem o seu significado original, recomenda-se recorrer à primeira definição formulada pela Organização das Nações Unidas. Em seu famoso documento *Nosso Futuro Comum* (1987), elaborado no âmbito da Comissão Brundtland, a ONU explica sustentabilidade como o “atendimento das necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras”. Há nesse enunciado uma ideia-chave para a compreensão da essência do conceito: qualquer que seja a atividade humana, o benefício de hoje não pode ser obtido com o prejuízo das condições de vida dos que vão morar amanhã no planeta. Para

“ *A sustentabilidade é a mãe da governança corporativa, do investimento social privado, da transparência, da ética empresarial e do relacionamento equilibrado com os stakeholders* ”

as empresas, o recado implícito foi mais ou menos o seguinte: os ganhos econômicos presentes não podem gerar danos futuros às pessoas e ao mundo que habitam, sob pena de inviabilizar o planeta e, por tabela, a existência humana.

Esse claro acento ético explica a ênfase inicial nas questões de meio ambiente. Tanto que, no início do debate entre as empresas, sustentabilidade chamava-se desenvolvimento sustentável. E dizia respeito exclusivamente a cuidados com a gestão ambiental e ecoeficiência. Pressionadas por governos, comunidades e ONGs, as corporações passaram a se preocupar em emitir menos poluentes, lançar menos resíduos e sólidos e gerar o menor impacto possível nos processos de sua cadeia produtiva.

Foi só a partir da Eco-92, com o surgimento do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development que as dimensões sociais e econômicas integraram-se à ambiental, abrindo espaço para uma noção mais sistêmica – ou mais holística, como referem alguns – e para a ascensão de novas formas de pensar a atividade empresarial, como, por exemplo, a responsabilidade social empresarial. Assegurar a “satisfação das gerações futuras”, como prega a definição da ONU, exigirá preservar os recursos naturais. Mas também construir as bases de um mundo mais próspero, mais justo, menos violento, com desenvolvimento econômico

equânime e oportunidades iguais para todos. Em outras palavras, um mundo sustentável.

Para melhor situar aqueles que trabalham em empresas, a sustentabilidade é a mãe da governança corporativa, do investimento social privado, da transparência, da ética empresarial e do relacionamento equilibrado com os stakeholders. O famoso triple bottom line, viga-mestra do conceito mais atual de sustentabilidade empresarial, está longe de ser – como alguns imaginam – uma invenção de Wall Street. Muito menos uma abstração criada pelas escolas de management ou pelos financistas da Bolsa de Nova Iorque – a despeito de sua prática gerar, de fato, valor para os acionistas de empresas como se pode observar pelo ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial (Bovespa) ou pelo Dow Jones de Sustentabilidade (Bolsa de Nova Iorque). A existência de empresas que combinam crescimento econômico, ambiental e social nada mais é do que uma aspiração e uma conquista da sociedade moderna, produto da convicção construída, nos últimos vinte anos, de que o mesmo sistema econômico que produz riqueza e desenvolvimento deve preservar a vida, diminuir desigualdades sociais e garantir o bem-estar de cada um e de todos.

Bem aventuradas as empresas sustentáveis. Porque elas serão as preferidas para se trabalhar, comprar, recomendar e ter ações.

Ações de voluntariado motivam a todos

Em parceria com ONG, Jaepel estimula o voluntariado corporativo entre seus colaboradores e gera trabalho que é destaque em empreendedorismo e sustentabilidade

Mais do que criar um ambiente solidário e disseminar valores de responsabilidade social entre os funcionários, empresas buscam desenvolver programas de voluntariado com o propósito de capacitar lideranças para a tomada de decisões em um mundo globalizado. Seguindo essa tendência, a Jaepel Papéis e Embalagens, uma das maiores empresas integradas de papéis e embalagens no Brasil, instalada em Senador Canedo-GO, acredita que o sucesso empresarial deve ser acompanhado com a visão do desenvolvimento sustentável e da promoção social da comunidade.

A Jaepel estimula e apoia seus colaboradores a fazerem parte de programas de voluntariado, cedendo parte do período de trabalho na empresa para a participação em projetos realizados em parceria com a Junior Achievement Goiás, ONG criada para despertar nos jovens o espírito do empreendedorismo. Atualmente, a Jaepel participa dos programas Economia Pessoal, Miniempresa e Introdução ao Mundo dos Negócios, que totalizaram até o final do ano 360 horas de trabalho voluntário.

Experiência transmitida – O Programa Economia Pessoal, aplicado na Escola Municipal Antônio Evaristo Costa, em Senador Canedo, onde estudam alguns dos filhos dos colaboradores da Jaepel, tem como objetivo apresentar aos estudantes opções de carreira e emprego, estimulando os jovens a valorizarem a educação. No Introdução ao Mundo dos Negócios, voluntários da Jaepel, treinados pela Junior Achievement, dão orientações práticas a alunos do 6º ano do Ensino Médio sobre organização e operação de negócios em um mercado de livre iniciativa. O programa é desenvolvido em sala de aula, em



Kátia Regina Marin, colaboradora e voluntária, ao lado dos alunos do programa Miniempresa

cinco encontros semanais de 45 minutos cada um.

No programa Miniempresa, através do método “aprender-fazendo”, que em 2011 formou 233 alunos do 2º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas de Goiânia, os jovens idealizam um produto para ser produzido e comercializado por eles. A partir daí levantam o capital para iniciar o empreendimento, organizam a administração, compram matérias-primas, pagam salários e comissões, recolhendo ainda encargos e impostos, que são doados a uma instituição beneficente. No final de 15 semanas, a empresa é encerrada e seu resultado financeiro é dividido entre os acionistas. Os voluntários ou *advisers* acompanham os estudantes, chamados *achievers*, durante toda a jornada, orientando-os nas

áreas de recursos humanos, finanças, marketing e produção.

Quatro voluntários da Jaepel acompanharam um grupo de 17 estudantes responsáveis pela Fibrajur, que produziu e comercializou abajures usando bambu, fibra sintética e papel de fibra de bananeira. A miniempresa mostrou a importância de se gerar produtos com qualidade e que considerem a sustentabilidade do planeta. A Fibrajur foi destaque na formatura dos alunos do programa Miniempresa, recebendo três dos seis prêmios entregues na ocasião: troféus Negócio Sustentável, Produto Destaque e Melhor Relatório Final. Dado o sucesso do projeto piloto, a miniempresa será adotada pelo Colégio Estadual Jardim América, em Goiânia, e estendida aos demais alunos.



Edivan Luiz da Silva está integrado ao Programa Jovem Aprendiz e vive a experiência do primeiro emprego

Educação: caminho para se construir a cidadania

Projetos objetivam erradicar o analfabetismo, dar capacitação profissional e preparar as novas gerações a fazer escolhas melhores em prol da coletividade

Em 2011, os jornais brasileiros divulgaram uma triste estatística – enquanto o governo federal investe R\$ 40 mil por ano em cada presidiário, o valor destinado a cada universitário brasileiro é de cerca de R\$ 15 mil – pouco mais de um terço do que é gasto com os presos. Quando a comparação é entre os detentos de presídios estaduais e os estudantes do Ensino Médio, a disparidade é ainda maior. São R\$ 21 mil anuais gastos com cada preso e R\$ 2,3 mil por aluno. Considerando-se que a imensa maioria da população carcerária costuma ter baixo nível de instrução, é quase impossível não fazer a reflexão de que uma Educação negligenciada pode ter um custo alto para os cofres públicos – o custo da violência, e do aparato de repressão que ela requer, e o custo da manutenção dos presos, pessoas que poderiam estar contribuindo de forma produtiva para o desenvolvimento do país, mas que passam a depender totalmente dele no momento em que adentram uma prisão.

Diversos estudos demonstram que a Educação tem a capacidade de diminuir a violência. Isso porque ela é uma ferramenta poderosa contra a desigualdade social, já que quanto maior o grau de instrução, maior o salário recebido por um trabalhador. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais de 2010, do Ministério do Trabalho e Emprego, a remuneração média de quem conclui o Ensino Superior corresponde ao triplo do salário de quem tem apenas o Ensino Médio e a quase o quádruplo dos rendimentos de quem estudou até o 5º ano do Ensino Fundamental.

A percepção de que a Educação é a melhor forma de gerar cidadania norteia o trabalho da Fundação Aroeira

A percepção de que a Educação é a melhor forma de gerar cidadania norteia o trabalho da Fundação Aroeira, instituição vinculada à PUC-GO, desde sua inauguração. Sua missão é disponibilizar para a sociedade todo o conhecimento gerado e produzido pela universidade para atender suas necessidades mercadológicas, tecnológicas, ambientais, culturais e científicas. Por isso, um dos objetivos prioritários da Aroeira é contribuir para a melhoria do ensino e erradicação do analfabetismo. Isso é feito por meio dos departamentos de Pedagogia, Letras, Sociologia e Psicologia.

Formação dos jovens – Em 2010, a Fundação Aroeira assumiu um novo desafio, voltado para a educação profissional de jovens: participar da gestão do programa PróJovem. A instituição foi contratada pela Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho de Goiás para assessorar no desenvolvimento do programa, assegurando a boa qualidade das ações e serviços relacionados a ele. O PróJovem Trabalhador visa profissionalizar 3.500 jovens de baixa renda que tenham entre 18 e 29 anos em 51 municípios goianos.

Concebido pelo governo federal, o programa pretende preparar esses jovens para o mercado de trabalho em nove áreas: administração, alimentação, beleza e estética, comunicação e marketing social, gráfica, madeira e móveis, telemática, transporte, turismo e hospedagem. “Nosso objetivo é educar crianças e adolescentes de modo a torná-los cidadãos e agentes transformadores da realidade em que vivem, construtores de uma sociedade responsável, consciente e que prime pela sustentabilidade” afirma Eugênio de Britto Jardim, diretor-executivo da Fundação Aroeira.

Debatendo com a sociedade – A preocupação com a juventude também se estende à prevenção de comportamentos de risco. A Fundação Aroeira realizou o 1º Congresso do Centro-Oeste sobre o Crack e Outras Drogas, com a intenção de abrir a universidade para a discussão sobre os desafios do uso do crack para a sociedade e produzir subsídios para estudos e pesquisas que abordem a temática. Dentro dessa mesma tônica, realizou o seminário

Realização do 1º Congresso do Centro-Oeste sobre o Crack e Outras Drogas abriu a universidade para a discussão sobre os desafios do uso do crack para a sociedade e produziu subsídios para estudos e pesquisas na área

Melhores Práticas em Dependência de Maconha e outras Substâncias Psicoativas, com palestras proferidas pelo professor, doutor Ronaldo Laranjeira, pesquisador da Unidade de Pesquisas em Álcool e Drogas (UNIAD), ligada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD).

Nos encontros foi debatido o papel da sociedade organizada no enfrentamento às drogas, a rede de atendimento às vítimas, o tratamento, os fatores de risco e as formas de prevenção, além das exposições sobre as experiências de recuperação da dependência química. “O processo de globalização trouxe novas prioridades, novas bases econômicas, sociais e ideológicas para o mundo. O impacto dessas transformações na cabeça do jovem é perceptível por sua maior inquietude diante da realidade. Por isso, precisamos, o quanto antes, preparar nossas crianças e adolescentes para um mundo diferente daquele que nos recebeu e estabelecer com eles uma relação de parceria e confiança”, diz Eugênio Jardim.

DIÁLOGO E
TRANSPARÊNCIA
andam juntos,



COMUNICAÇÃO E
GESTÃO também.

Criamos e desenvolvemos veículos de comunicação que promovem o diálogo, conferem transparência e dão visibilidade aos projetos.

COMUNIQUE-SE!



SínteseCom
SÍNTESE COMUNICAÇÃO

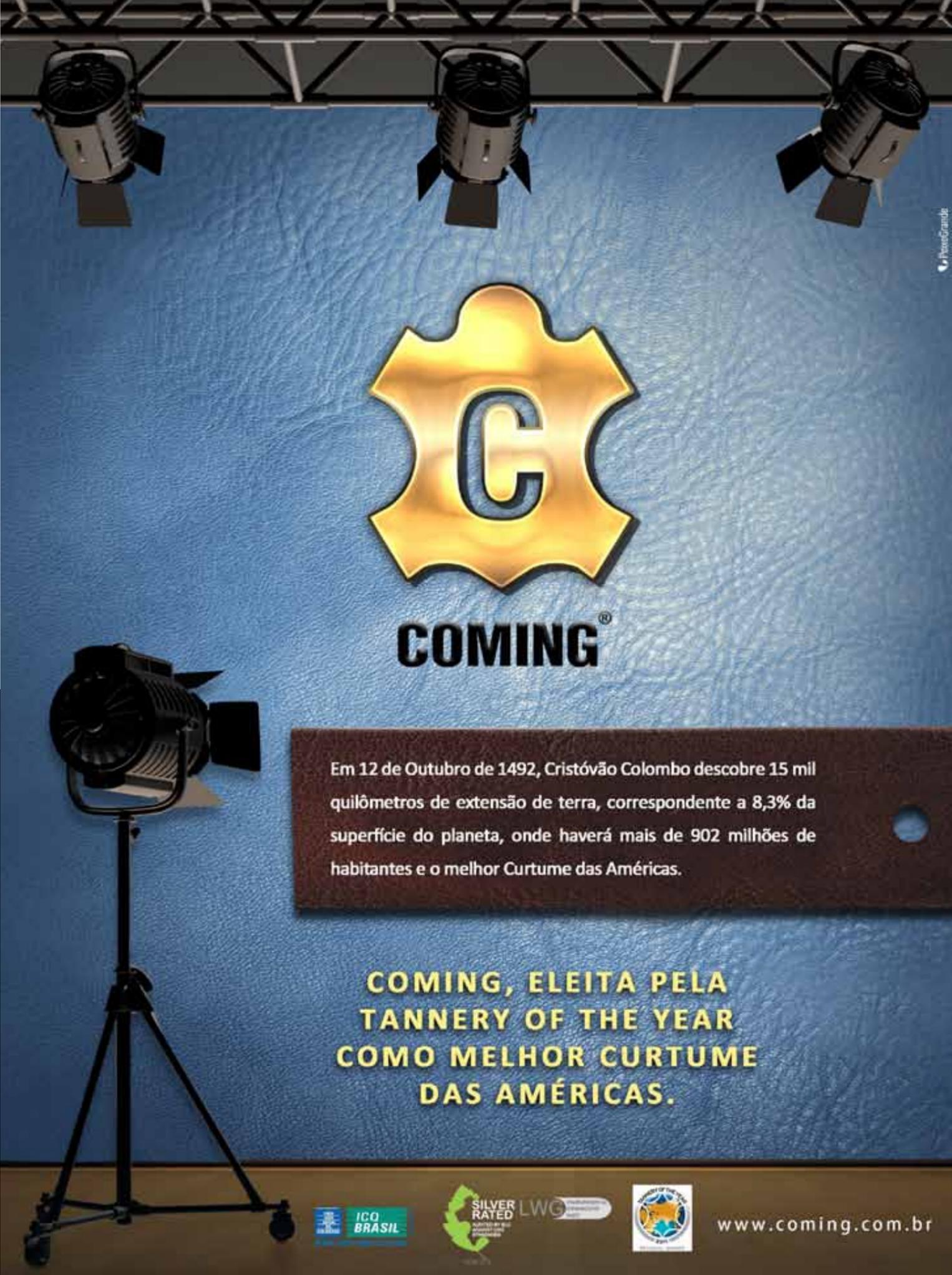
www.sintese.com.br

magrela
COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

www.magrelacomunicacao.com.br

1 ONZE
COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA

www.onzecomunicacao.com.br



Em 12 de Outubro de 1492, Cristóvão Colombo descobre 15 mil quilômetros de extensão de terra, correspondente a 8,3% da superfície do planeta, onde haverá mais de 902 milhões de habitantes e o melhor Curtume das Américas.

**COMING, ELEITA PELA
TANNERY OF THE YEAR
COMO MELHOR CURTUME
DAS AMÉRICAS.**



www.coming.com.br

Mais do que fazer bem, é importante fazer a diferença.



Estas marcas fomentam a responsabilidade social em Goiás.

